

JÉSSICA MAGALHÃES ANDRADE

‘Mas, o que a (o) psicóloga (o) faz aqui?’

**Uma análise da atividade profissional da psicologia segundo
manuais de referências técnicas para atuação na política pública da
assistência social**

ASSIS

2024

JÉSSICA MAGALHÃES ANDRADE

‘Mas, o que a (o) psicóloga (o) faz aqui?’

**Uma análise da atividade profissional da psicologia segundo
manuais de referências técnicas para atuação na política pública da
assistência social**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador(a): Dra. Cláudia Aparecida Valderramas Gomes

ASSIS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

A553m	Andrade, Jéssica Magalhães 'Mas, o que a (o) psicóloga (o) faz aqui?' : Uma análise da atividade profissional da psicologia segundo manuais de referências técnicas para atuação na política pública da assistência social / Jéssica Magalhães Andrade. — Assis, 2024 96 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Orientadora: Dra. Cláudia Aparecida Valderramas Gomes 1. Psicologia histórico-cultural. 2. Atividade profissional. 3. Políticas públicas. 4. Ontologia. 5. Materialismo histórico-dialético. I. Título. CDD 150.1
-------	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: 'Mas, o que a (o) psicóloga (o) faz aqui?' Uma análise da atividade profissional da psicologia segundo manuais de referências técnicas para atuação na política pública da assistência social

AUTORA: JÉSSICA MAGALHÃES ANDRADE

ORIENTADORA: CLAUDIA APARECIDA VALDERRAMAS GOMES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Psicologia, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. CLAUDIA APARECIDA VALDERRAMAS GOMES (Participação Presencial)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL - Assis/SP

Prof. Dr. DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS (Participação Presencial)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL - Assis/SP

Profa. Dra. CECÍLIA PESCATORE ALVES (Participação Virtual)
PUC - São Paulo/SP

Profa. Dra. SOLANGE PEREIRA MARQUES ROSSATO (Participação Virtual)
UEM - Maringá/PR

Prof. Dr. RÉGIS DE TOLEDO SOUZA (Participação Virtual)
UNITAU - Taubaté/SP

Assis, 08 de março de 2024

Dedico este trabalho ao meu Criador, quem me deu o dom da vida.

Aos meus pais Maria do Rosário e José de Campos: a vocês todo o meu agradecimento e respeito por terem doado boa parte de suas vidas, força de trabalho, dedicação e incentivo para que suas filhas alcançassem voos mais altos. Obrigada por me ensinarem a voar com segurança, liberdade, fé, pela transmissão do valor imaterial e inestimável que tem o conhecimento e pela certeza de que existe um lar cheio de amor e afeto para voltar. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

À minha irmã Fabíola Magalhães Andrade pela parceria fiel e companheirismo: você é minha inspiração e a companhia certa que desejo em minha vida. Obrigada por sempre ir a frente e voltar para me dizer que o caminho é seguro e que os sonhos se realizam à medida que não desistimos deles.

Ao meu irmão Clayton Alves Andrade pela fraternidade e paciência: o laço que nos une ultrapassa o sangue.

À minha orientadora Cláudia Aparecida Valderramas Gomes, por ter acompanhado toda a minha trajetória de formação acadêmica, desde a Iniciação Científica, até o Mestrado e o Doutorado. Obrigada pela sua paciência, compreensão, disponibilidade e parceria. Você é minha grande inspiração profissional.

Ao professor Deivis Perez por também ter acompanhado minha trajetória de formação acadêmica, sendo sempre solícito no atendimento de demandas, orientações, por ter me acompanhado durante a qualificação e defesa de mestrado, e por fazer parte como membro titular desta banca examinadora.

À professora Cecília Pescatore Alves, conhecê-la foi um potente encontro proporcionado pela ABRAPSO e indicação de uma amiga querida. Obrigada por aceitar mais uma vez compor como membro titular esta banca examinadora, para além da ocasião do exame de qualificação.

À professora Solange Pereira Marques Rossato, por também ter me acompanhado anteriormente durante a qualificação e defesa de mestrado, mais uma vez tão solicitamente aceitar compor como membro titular esta banca examinadora.

Ao professor Regis Toledo, pela pronta disponibilidade e aceite de compor como membro titular esta banca examinadora.

Aos professores Lucas Carvalho Peto, Maria Cristina Dancham Simões e Débora Cristina Fonseca pelo pronto aceite em compor esta banca examinadora como membros suplentes.

Às grandes amigas Ruchelli Stanzani Ercolano, Cleziane de Almeida, Alessandra Reareli Franco e Michele Antunes Ribeiro Bastos que me acompanharam nesse caminhar me incentivando, segurando a minha mão e não me deixando desistir nos dois piores momentos da minha vida, experienciados durante esse período de formação e desenvolvimento da tese. Quem tem um amigo, tem tudo.

À minha psicóloga Laís de Campos, pela dedicação e por me acompanhar com tanto respeito e sensibilidade em minha trajetória. A tese nasceu.

Ao Anderson Queiroz, companheiro da vida que comigo divide suas alegrias, tristezas, sonhos e a realidade de trabalho. Obrigada pela paciência, companheirismo e amor.

Aos que passaram pela minha caminhada, pelo incentivo, apoio e projetos de vida compartilhados.

À Elisa Gouvea e Amanda de Andrade por me apoiarem no início desse período fornecendo poso e acolhimento em suas casas físicas, assim como também em seus corações. Obrigada pela amizade.

Aos gestores de trabalho, colegas queridos representados nas pessoas de Alessandro Bosso, Débora Franco, Cláudio Bertolacini e Wilian Nunes por me apoiarem durante o período do doutorado, atendendo prontamente todas as solicitações de ajustes e trocas necessárias para acomodar o trabalho e o estudo.

À Faculdade de Ciências e Letras – FCL UNESP – Campus de Assis – por ser a minha casa acadêmica durante treze anos ininterruptos. Aqui me tornei Psicóloga, Docente e Humana.

À Secretaria de Pós-graduação da FCL UNESP, pelo suporte e incentivo de participação em eventos, representada nas pessoas dos secretários Marcos D'Andrea, Gabriela Payão Philipp e João Paulo Zaneti por sempre atenderem prontamente todas as solicitações e prestarem orientações de forma tão respeitosa e atenciosa.

À bibliotecária Ana Cláudia Inocente Garcia, pela pronta atenção na confecção da ficha catalográfica.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Eu acho que nem
Se eu já tivesse ganho
Eu viveria sem
Toda essa vontade de voar que tem
Nessa caminhada que eu fiz virar estrada
E que me faz sentir tão bem
(...)
Talvez não seja fácil
Tirar do coração e pôr na sola do sapato
(...)

E seguir sempre focado
E sempre conviver com a incerteza do momento
De se lutar pra ser quem é
E eu luto faz tempo
Mas é que a minha escolha é só minha
E eu escolho que já é hora do voo.

(Trecho da música Sonho – Atitude 67)

Te dou meus passos sem cansaço
Tua história em meus lábios e força na oração
(Trecho da música Alma Missionária – Ziza Fernandes)

RESUMO

A consistência e propósito das práticas psicológicas, em seus diferentes espaços de realização, suscita uma pergunta, que, com frequência é direcionada a psicólogas e psicólogos. Tal indagação, muitas vezes, ressoa, igualmente, no fazer diário deste profissional, sobretudo aquela/aquele cuja atuação ocorre no campo das políticas públicas, de caráter não fundamentalmente clínico. Deste modo, o objetivo geral dessa tese é conhecer e analisar, a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-cultural, os traços essenciais na(s) possível (eis) forma(s) de atividade(s) da/o psicóloga/o que atua na política pública da assistência social, a partir de uma perspectiva ontológica. Como método científico utilizo a revisão teórico bibliográfica e a análise documental do conjunto de manuais de referência técnica para a atuação de psicólogas e psicólogos no sistema único da assistência social, os quais forneceram subsídios à elaboração de reflexões que contemplaram uma análise de cunho ontológico em relação a prática psicológica, culminando com a elaboração de categorias de análise direcionadas pelos constructos Finalidade, Objeto e Instrumentos apresentados por Marx (1982) quando este caracteriza os processos de trabalho. Este estudo partiu do pressuposto de que a atividade psicológica possui uma essência, na acepção marxiana desse conceito. Os resultados indicaram que a finalidade da atividade profissional, marcada, essencialmente, por contradições estruturais, é fomentar condições que viabilizem a apropriação e objetivação do exercício da cidadania por parte dos usuários do serviço. O objeto da atuação é o trabalho com coletivos historicamente abatidos em seus direitos, e os instrumentos apontam para a escuta qualificada e ações comunitárias, como ações que poderão ser utilizadas para o alcance das finalidades, tendo em vista a transformação do objeto, com o qual se trabalha.

Palavras-chave: Psicologia Histórico Cultural. Atividade. Materialismo Histórico e Dialético. Ontologia. Política Pública da Assistência Social.

ABSTRACT

The consistency and purpose of psychological practices, in their different areas of implementation, raises a question, which is often directed to psychologists. This question often also resonates in the daily work of this professional, especially those whose work takes place in the field of public policies, which are not fundamentally clinical in nature. Thus, the general objective of this thesis is to know and name, based on the assumptions of Historical Cultural Psychology, the essential traits in the possible form(s) of activity(ies) of the psychologist who works in public social assistance policy, from an ontological perspective. As a scientific method, I use the theoretical bibliographical review and documentary analysis of the set of technical reference manuals for the work of psychologists in the single social assistance system, which provided support for the elaboration of reflections that included an ontological analysis in relation psychological practice, culminating in the elaboration of analysis categories guided by the constructs Purpose, Object and Instruments presented by Marx (1982) when he characterizes work processes. This study was based on the assumption that psychological activity has an essence, in the Marxian sense of this concept. The results indicated that the purpose of professional activity, essentially marked by structural contradictions, is to foster conditions that enable the appropriation and objectification of the exercise of citizenship by service users. The object of action is to work with groups that have historically lost their rights, and the instruments point to qualified listening and community actions, as actions that can be used to achieve the objectives, with a view to transforming the object, with which it works.

Keywords: Cultural History Psychology. Activity. Historical and Dialectical Materialism. Ontology. Public Policy on Social Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAD ÚNICO – Cadastro Único

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREPOP – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESF – Estratégia Saúde da Família

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FNTSUAS - Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS

ILPIs – Instituição de Longa Permanência

ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional

NOB SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

NOB/RH SUAS – Norma Operacional Básica Recursos Humanos SUAS

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LA – Liberdade Assistida

LGBTQUIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexual, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e mais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Proteção e Atendimento Integral a Família

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços a Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A ONTOLOGIA COMO PERSPECTIVA PARA O EMBASAMENTO CIENTÍFICO.....	26
2.1	O Materialismo Histórico e Dialético como Método.....	33
2.2	Procedimentos Técnicos.....	35
3	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO NO BRASIL	38
4	ATIVIDADE COMO CONCEITO SEGUNDO A PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL.....	46
5	OS MANUAIS DE REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	55
5.1	Seção de apresentação do Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS.....	57
5.2	Seção de apresentação do Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.....	58
5.3	Seção de Introdução do Manual de Referências Técnicas para Atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS.....	59
5.4	Seção de Introdução do Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) no CREAS.....	62
5.5	Eixo 1 – Dimensão Ético Política da Psicologia na Assistência Social – Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS.....	63
5.6	Eixo 1 – Dimensão Ético-Política para a Prática das(os) Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS.....	65
5.7	Eixo 2 – Aproximações entre a Psicologia e o Sistema de Proteção Social segundo a Constituição Federal de 1988 – Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS.....	67
5.8	Eixo 2 – Psicologia e a Política de Assistência Social – Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) no CREAS.....	69
5.9	Eixo 3 – Atuação do Psicólogo na Proteção Social Básica do PNAS	71
5.10	Eixo 3 – Atuação da Psicóloga(o) no CREAS.....	73
5.11	Eixo 4 – Gestão do Trabalho e o SUAS – Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS.....	74

5.12 Eixo 4 – Gestão do Trabalho na Política de Assistência Social – Manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CREAS.....	76
6 FINALIDADE, OBJETO E INSTRUMENTO: OS TRAÇOS ESSENCIAIS DA ATIVIDADE PSICOLÓGICA NO SUAS SEGUNDO PRESCRITOS DA PSICOLOGIA.....	78
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
8 REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

Uma perspectiva advinda da Psicologia Histórico-Cultural e, por conseguinte, do Materialismo Histórico e Dialético, parte do princípio de que para se discutir e apreender determinado objeto é necessário situá-lo, ou seja, é preciso que seja observada a sua posição em dado local e momento histórico; aquilo que o constitui; as relações de poder que o atravessam, quais elementos convergem ou não para a sua existência, e a posição do sujeito que realiza sua leitura ou verificação.

Portanto, o lugar de fala do sujeito é um aspecto primordial que concede ‘tom a melodia’ de tradução do objeto e, deste modo, o título que anuncia esse estudo parte de diferentes experiências situacionais experimentadas por sua pesquisadora, uma vez que a trajetória ‘práxica’ da mesma reúne aspectos que formam o fio condutor desta investigação até o presente. De forma complementar, retoma-se o que fora explanado por Tonet (2013, p. 109) “Quer tenha ou não consciência disto, todo pensador opera a partir de um determinado horizonte.”

Portanto, para esta primeira seção introdutória, a partir de então tomarei a liberdade de redigir o texto em primeira pessoa, a fim de demonstrar a aproximação e apropriação entre mim e meu objeto de pesquisa que, nesta tese, consiste na atividade profissional de psicólogas e psicólogos, para a qual também usarei o sinônimo de prática psicológica.

Antes mesmo do ‘fazer psi’ passar a compor minhas inquietações de maneira tão específica, recupero importantes lembranças que precederam e calçaram meu percurso como profissional/pesquisadora. Em primeiro lugar, observo que apesar de seguir normas ditadas por convenções sociais e civis, nunca me adaptei bem às mesmas. Na infância, não gostava de uniforme e outros tipos de padronizações, como ter roupas e utensílios iguais aos das minhas colegas, assim como detestava copiar desenhos ou ‘fazer releitura da obra’, como a professora de educação artística costumava chamar. Também não admitia que me imitassem em atitudes, uma vez que todas as pessoas envolvidas seriam categorizadas por isso, como ocorreram em tantas ocasiões. Já na adolescência, à medida que desenvolvi habilidades artísticas com música e poesia dediquei-me a elas: além das sensações prazerosas despertadas durante tocar ou cantar uma música, compor e interpretar poemas, eu desejava deslocar-me do esperado, daquilo que todos já faziam. Não acredito que

fosse um desejo pelo 'estrelato', até porque sempre fugi dos holofotes, devido à timidez. Por outro lado, não gostaria que essa diferenciação fosse diminuída socialmente, mas prestigiada.

Posteriormente, no início da fase adulta, ao ingressar no curso de Psicologia, como profissional em formação desejava alcançar o 'pulo do gato': posturas, condutas, potências que realmente possibilitassem mudanças nas histórias singulares, assim como, a longo prazo, nos contextos. Novamente eu queria fugir da norma, das 'perguntas prontas' direcionadas aos profissionais de suposto saber, assim como das 'respostas prontas' fornecidas pelos mesmos, que pouco ou nada surtiam/surtem efeitos significativos.

Embora eu ainda não soubesse, talvez aí começasse minha aproximação com a ideia contida no conceito da dialética do *singular particular universal*, discutida por Lukács (1978), na qual está contido o princípio de que os processos humanos devem ser compreendidos a partir da simultânea presença do singular no universal, e do universal no singular, os quais se interpenetram pelo movimento contraditório de unidades que se conservam em funcionamentos que se modificam. Esta compreensão rompe com as concepções lineares e de previsibilidade, tão presentes e desejadas após o estabelecimento da ciência moderna. Neste sentido, o processo de tornar-se humano apresenta-se muito mais complexo, superando visões e respostas frequentemente padronizadas.

Posteriormente, em contato com obras de Michel Foucault, pude me aproximar e apropriar dos conhecimentos que ofereciam interpretações sobre aquilo que rege a norma, os mecanismos de poder, constituídos, interiorizados, que marginalizam e oprimem todas as formas que escapam a ele, como meio de autossustentação ao longo do tempo. Nesta altura também percebi que meus questionamentos, embora fossem inicialmente contidos, foram o estralar inquietante e constante que me levaram ao desenvolvimento do pensamento crítico e à prática da argumentação, frente a uma história que me é dada como 'natural'.

Mais adiante, o contato com obras de Espinoza, Karl Marx, Deleuze e Guattari, Maturana e Varela, Boaventura de Sousa Santos, Gastão Wagner, Edgar Mohan, Regina Benevides, Eduardo Passos, Simone de Beauvoir, Judith Butler entre tantos outros autores, que embora se diferenciasssem totalmente no tempo histórico, área de conhecimento e objetos de investigação, ainda assim, confirmaram a existência

dessas estruturas de poder existentes no âmago da divisão de classes sociais, e da forte tendência de sermos moldados unicamente para servi-las, conforme seus interesses.

Isto posto, considero que a construção das minhas trajetórias pessoal e acadêmica, quando se encontram, fornecem referências que justificam minhas opções metodológicas e a eleição dos meus objetos de estudo, uma vez que encadeiam uma série de elementos observados teórica e empiricamente durante minha formação. A título de breve descrição contextual, durante a graduação realizei estágios curriculares em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; uma Unidade Básica de Saúde – UBS (junto a uma equipe de estratégia de saúde da família - ESF) e em uma clínica escola voltada a atendimentos clínicos. Em todos esses espaços fui, por diversas vezes, imbuída por inquietações que envolviam a prática recorrente do encaminhamento de escolares aos serviços de saúde e a participação da/o psicóloga/o neste processo, ora como representante da crítica, ora como contribuinte na produção ‘em massa’ de diagnósticos.

Este tema fundamentou minha primeira investigação científica formal, uma pesquisa de iniciação científica que levou o título: ‘O discurso especialista e seu lugar na história dos encaminhamentos de crianças para a saúde: uma análise histórico crítica’¹. Essa proposta de revisão bibliográfica teve por objetivo resgatar marcos na história nacional que indicassem como se deu o percurso dos encaminhamentos de escolares aos serviços de saúde no Brasil, a fim de descrever uma linha do tempo, e compreender a influência do discurso especialista em cada um dos momentos elencados. Na ocasião, tive meu primeiro contato mais próximo com o Materialismo Histórico e Dialético, empregado como método para subsidiar o conteúdo (organizado em unidades temáticas) dos materiais selecionados, publicados no intervalo de 2000 a 2013, os quais foram identificados a partir de palavras-chave específicas em periódicos nacionais de psicologia, saúde e educação pertencentes aos indexadores CAPES e SciELO.

Os resultados deram luz a um panorama, o qual apresentou que o fluxo de encaminhamentos de crianças da escola para os serviços de saúde e outros serviços especializados principia, no Brasil, desde o início do século XX. Além disso, foram

¹ Pesquisa Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo de 01/10/2014 à 30/09/2015, processo FAPESP 2014/14193-8

analisados criticamente os elementos que compuseram esse processo até os dias atuais, em que existe uma exacerbação no trânsito dessas supostas demandas.

Em seguida, movida por novas indagações teóricas e práticas pertencentes às esferas da Educação, Psicologia, Saúde e o público infanto juvenil, minha dissertação de mestrado, nomeada 'Queixa escolar e o público infanto juvenil: práticas contemporâneas de Psicologia nos serviços de saúde'², apurou de que forma as condutas psicológicas do século XXI no campo da saúde consideram a função escolar, mediante o recebimento de encaminhamentos provindos desse meio.

Para tanto, adotei como procedimentos técnicos a análise de prontuários de atendimentos prestados a crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos, além de entrevistas com os psicólogos responsáveis pelos referidos atendimentos. Com base nesses dados, foram geradas dez unidades temáticas, que examinadas segundo o referencial da Psicologia Histórico Cultural e do Materialismo Histórico e Dialético empregado como método, indicaram, dentre outras análises, que a atividade profissional da/o psicóloga/o ao receber a demanda escolar, encontra-se pouco alterada em relação a condutas que vêm sendo adotadas no país, há pelo menos cinquenta anos. Isto porque, as práticas aderidas consistem em grande maioria no atendimento clínico individual ou grupal, que não envolve o ambiente escolar, induzindo a conclusão de que os problemas estejam apenas vinculados ao sujeito, pertencendo a este a responsabilização.

Junto a manutenção de condutas, também se conservam estereótipos relacionados à caracterização das demandas, como por exemplo, faixa etária, gênero (usuárias/os e acompanhantes), combinação entre indefinição diagnóstica e prescrição medicamentosa, contato fragilizado entre a rede de serviços de atenção à saúde e educação e perfil das instituições encaminhadoras.

A investigação de mestrado também trouxe, para além de análises e constatações, questionamentos referentes à essência do fazer psicológico. Certa vez, apresentando os resultados de minha dissertação, me foi direcionada a pergunta sobre qual seria a atividade de mediação ou atividade essencial da/o psicóloga/o, uma vez que a da/o professora/o poderia ser identificada, por exemplo, como a atividade de ensino. Tal indagação passou a compor, de forma cada vez mais consistente,

² Pesquisa Financiada pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - demanda social - durante o período de março/2017 a julho/2018.

minhas percepções ao longo de minha atuação como psicóloga e pesquisadora no Brasil, no contexto do século XXI, após a regulamentação e consolidação da Psicologia como ciência e profissão no país.

Nesta perspectiva, quando menciono atividade de mediação ou atividade essencial, a fim de tornar mais compreensível ao que me refiro e proponho discutir nesta tese, em primeiro lugar recupero algumas ideias desenvolvidas por Vygotsky (2000) e Leontiev (1978b) e que se relacionam ao conceito de Mediação. Os autores partem do princípio de que a mediação envolve a forma e a possibilidade de aquisição da cultura material e intelectual produzida pelo gênero humano, e, por consequência, é por meio da mediação que também ocorre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ou culturais dos sujeitos. Tal aquisição transcorre por meio de elementos mediadores ou instrumentos, os quais podem ser materiais e ideias, e que se interpõe na relação entre o homem e o mundo. Deste modo, entende-se que qualquer processo de humanização pressupõe o estabelecimento de relações humanas mediadas.

De forma complementar, e não menos importante, retomo também o conceito de Atividade, ao qual Leontiev (1978a), inspirado na obra marxiana, dedicou grande atenção atribuindo ao mesmo conceito fundamentação para o desenvolvimento das concepções em Psicologia Histórico Cultural.

Assim, a categoria Atividade pode ser definida como movimento ativo, intencional e recíproco do homem no mundo. Movimento, pois envolve um fluxo composto por ação, reflexão e transformação; ativo por seu caráter dinâmico; intencional por incluir consciência e planejamento; e recíproco uma vez que a atividade realizada pelo ser humano influi tanto na realidade ou no objeto, quanto no sujeito que a pratica. Ainda de acordo com o autor (1978a), a Atividade é direcionada conforme a necessidade estabelecida pela realidade concreta.

Destarte, em concordância com a perspectiva histórico cultural referir-se à atividade como mediação significa falar sobre uma atuação tipicamente humana, capaz de promover o desenvolvimento, a aquisição, a organização e a transformação de propriedades materiais e intelectuais na realidade concreta e também interna. Assim, se a atividade de ensino do/a educador/a é mediadora da aprendizagem do aluno, qual ou quais a(s) atividade(s) realizadas pela/o psicóloga/o podem ser eleitas ou identificadas como passíveis de viabilizar ao sujeito compreensões que se refiram

ao individual e ao coletivo, as (re)significações, ao comportamento, as aquisições humanas diretamente relacionadas às próprias condições de vida e do contexto social geral, dentre outras indagações relativas aos seres humanos?

Como profissionais e estudantes da ciência psicológica, ao tentarmos responder essa pergunta, tendemos, na maioria das vezes, a nos ater a respostas mais relacionadas aos instrumentos utilizados, do que à práxis de fato realizada.

Neste interim, após minha inserção como psicóloga do sistema único da assistência social, observei que a inquietação que até então me acompanhava não se referia ao “como fazer Psicologia em determinado contexto”, mas sim, ao “o que é a Psicologia em determinado contexto”, sendo esta perspectiva pertencente a uma abordagem ontológica, na qual o método científico deste estudo se fundamenta.

Assim, por vezes fui questionada pelas usuárias e usuários que, buscando os serviços oferecidos pela proteção básica e após estranharem uma série de configurações, como a presença de uma psicóloga na assistência social e a não realização da prática clínica, indagaram-me: “Mas o que a/o psicóloga/o faz aqui?” Do mesmo modo, em diferentes ocasiões, também fiz essa pergunta a mim mesma, fato recorrente que culminou, nos últimos anos, com a elaboração de minha tese.

Após toda essa trajetória percorrida, agora minha investigação parte de uma incógnita interposta na atividade profissional de psicólogas e psicólogos no tocante a sua atuação na esfera da política pública da assistência social no contexto brasileiro.

A resolução ou contorno desta questão, além de envolver psicólogas, psicólogos, usuárias e usuários dos serviços prestados pela política pública da assistência social, se desdobra a outros indivíduos interessados em sua resposta.

Conforme cartilha (CREPOP, 2011) confeccionada para gestoras e gestores do sistema único da assistência social, visando esclarecer sobre as possíveis contribuições da Psicologia ao funcionamento da referida política pública, a atribuição de traços ao fazer psicológico, os quais o definem como atividade classista, especialmente clínica ou organizacional, acompanha a caracterização histórica da prática psicológica no Brasil desde a sua implementação como ciência até meados da década de 1970, quando emergiram iniciativas e movimentos militantes advindos das novas propostas de Psicologia Social e Psicologia Escolar. Sobretudo, durante as duas primeiras décadas do século XXI, foi construída e alimentada a postura de

compromisso ético e político da ciência e prática psicológica com a realidade social, de modo a promover a sua transformação.

Entretanto, mesmo considerando as transformações e possibilidades manifestadas a partir de novas iniciativas e entendimentos, vale pontuar que o tempo de existência das principais políticas públicas nacionais somam pouco mais de três décadas, sendo a área da assistência social ainda mais jovem em relação à saúde e educação, por exemplo. Deste modo, os desafios de (re)construção profissional se mostram amplificados, tendo em vista que para produzir novos significados à conjuntura presente, é preciso entender como esta se formou.

Ademais, no ano de 2022 a Psicologia, como ciência e profissão, completou sessenta anos de instituição no Brasil. Deste modo, a recente atuação de psicólogas e psicólogos no campo das políticas públicas está inserida em contextos sobrepostos, sendo observado, pela perspectiva nacional, o contínuo movimento de construção dos diferentes modos de fazer psicologia dentro das políticas públicas e, em panorama mundial, o reconhecimento de uma ciência e profissão centenária.

Assim, contextualizando ainda mais a temática, se a princípio, mostra-se desafiador pensar sobre a essência de nossa prática profissional, quão profunda pode tornar-se a questão quando analisamos a atividade psicológica no sistema único da assistência social por ocasião da realidade pandêmica e pós pandêmica, com crescente aumento das mazelas sociais, impossibilidade de contato físico e presencial e vertiginoso processo de invisibilização dos marginalizados. Esta situação emergencial retratou de forma mais aguda a premência acerca de uma apropriação mais compreensiva sobre a atividade profissional psicológica, circunscrita em diferentes períodos históricos, contextos, plano e circunstâncias materiais e sociais.

De modo geral, Vilela (2008) descreve a Psicologia no Brasil como uma ciência “sem memória”, fruto da modernidade, e que teve seus fundamentos teóricos e metodológicos importados das produções científicas europeias. Dessa maneira, o desajuste não reside em basear-se nos modelos científicos já existentes, mas em não contextualizar os fatos a história das diferentes realidades sociais. Por esse motivo, é urgente a nós psicólogas e psicólogos, decifrar, apropriar-nos e conectar-nos à nossa atividade e aos elementos que pertencem a nossa profissão, a fim de que nossas condutas não devorem, empobrecam ou limitem as potencialidades dos sujeitos, diretamente ligadas a história universal e singular de cada qual.

Para que tal aproximação seja possível, contamos com diferentes ferramentas, bem como espaços de formação, representação e construção profissional, sendo um desses o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. Constituído em 2006, o CREPOP é um dispositivo elaborado pelo Sistema Conselhos de Psicologia, cujo objetivos são os de orientar e caracterizar a atuação de psicólogas e psicólogos nas políticas públicas nacionais. Para tanto, o CREPOP organiza, periodicamente, compilação de dados, consultas públicas, produção de notas técnicas e manuais de referência técnica para atuação nos mais diferentes campos compreendidos pelas políticas públicas, de modo que tais documentos prescritos compõem a principal fonte de análise deste estudo.

Assim sendo, minha tese tem por objetivo geral conhecer e analisar, a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico Cultural, os traços essenciais na(s) possível (eis) forma(s) de atividade(s) da/o psicóloga/o que atua na política pública da assistência social, a partir de uma perspectiva ontológica.

Como objetivos específicos, minha intenção é: I)- Estudar a constituição histórica, científica e prática da atividade psicológica no Brasil; II)- Analisar os prescritos nos manuais de referência técnica para atuação no campo da assistência social e sua influência na atividade da/o psicóloga/o; e III)- Propor unidades de análise capazes de explicar os traços essenciais da atividade psicológica na assistência social.

Minha tese está baseada no pressuposto de que a atividade psicológica possui uma essência, podendo também ser chamada de unidade essencial mínima comum, em meio as diferentes frentes de atuação dentro da política pública da assistência, na atuação nas demais políticas públicas e na atividade profissional como um todo. Logo, é fundamental que tal essência seja traduzida, em primeiro lugar, por meio de uma perspectiva ontológica, a fim de compreender as bases filosóficas de nosso saber/fazer.

Por fim, a Psicologia aparenta caracterizar-se como uma ciência imparcial, em seus pressupostos teórico-metodológicos, mas que, em dado período, aproxima-se da concepção do compromisso com a transformação social, tanto quanto com a manutenção da ordem social vigente. Há que se falar, portanto, em processos de continuidade e ruptura.

No que se refere a metodologia científica, utilizo o Materialismo Histórico e Dialético e a perspectiva da Ontologia do Ser Social marxiana, e como procedimento técnico a revisão teórico bibliográfica e a análise documental do conjunto de manuais de referência técnica para a atuação de psicólogas e psicólogos no sistema único da assistência social, esperando que estes forneçam subsídios à elaboração de reflexões que contemplem uma análise de cunho ontológico em relação a prática psicológica. Conforme Tonet (2013, p. 12), a ontologia consiste no estudo que analisa o ser social, bem como promove a identificação das “(...) determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe”. O autor também recupera que o pensamento de Karl Marx (1818-1883), e por conseguinte as suas obras, convergem com uma ontologia do ser social, embora ele não tenha sido o fundador dessa concepção filosófica.

Ademais, segundo Martins e Lavoura (2018), entende-se o âmbito ontológico como aquele que, incluído na dimensão epistemológica do fenômeno, necessita de uma análise que parta da abstração do objeto, identificando os diferentes elementos que formam o seu inteiro e, na sequência, retornando o movimento, em direção ao objeto concreto, que reúne “(...) o conjunto dos nexos e relações das diferentes unidades que constituem a totalidade” (p. 227), a fim de que se reconheça uma unidade essencial mínima comum.

Deste modo, a estrutura ontológica, em seu caráter reflexivo, permite conhecer a realidade como ela é, em sua estruturação histórica e social, por intermédio da práxis humana (Netto, 2011). Portanto, esta proposta teórica aproxima-se, em especial, dos constructos históricos, fornecendo ferramentas para que se alcance o núcleo essencial do objeto, que neste estudo, é a prática psicológica na política pública da assistência social.

Por conseguinte, a presente tese foi organizada em cinco capítulos, uma seção de análise dos documentos e apontamentos finais. A saber, o capítulo intitulado *A ontologia como perspectiva para o embasamento científico* é voltado a apresentação e aprofundamento da questão metodológica na presente tese, do mesmo modo que tende a desdobrar a concepção ontológica e sua importância para o fazer científico em ciências humanas.

Na sequência, o capítulo nomeado *Histórico da instituição da Psicologia como Ciência e Profissão no Brasil*, é destinado a apresentação do delineamento histórico

que circunscreveu o processo de instituição da Psicologia, desde a sua constituição analítica até a etapa de seu reconhecimento profissional no Brasil.

Já o capítulo cujo título consiste em *Atividade como conceito segundo a Psicologia Histórico Cultural*, é dedicado a apresentação do conceito de atividade segundo a Psicologia Histórico Cultural e seu atrelamento ao objetivo central da presente tese.

Neste interim, o capítulo chamado *Os Manuais de Referência Técnica para atuação da/o psicóloga/a na política pública de Assistência*, se refere a apresentação dos dois manuais de referência técnica para atuação da/o psicóloga/o na política pública da assistência social elaborados pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública.

Por conseguinte, o capítulo denominado *Finalidade, Objeto e Instrumento: elencando os traços essenciais da atividade psicológica no SUAS segundo estes prescritos*, refere-se à análise dos dados, ou seja, dos manuais de orientação técnica para atuação de psicólogas e psicólogos no SUAS, orientada por uma perspectiva ontológica e com base em pressupostos da Psicologia Histórico-cultural.

E por fim, esta tese é concluída com breves considerações finais.

2 A ONTOLOGIA COMO PERSPECTIVA PARA O EMBASAMENTO CIENTÍFICO

Como anunciado, este capítulo tem por objetivo explicar questões introdutórias à perspectiva ontológica, localizando seu lugar, aplicação e importância na história da construção do conhecimento científico ao longo do tempo. Para tanto, apresenta-se um compilado de elementos organizados por Tonet (2013), os quais pertencem à filosofia e história da ciência, que indicam as principais modificações da construção do conhecimento formal desde o período medieval, passando pela instauração do método científico moderno (que rompeu com a perspectiva ontológica predominante no período anterior, assim como foi eleito como padrão superior de confiabilidade e autenticação). Por fim, discorre-se a crítica a este último, em especial aquela pontuada por Marx, que atrela diretamente a produção científica ao contexto histórico e social, e irrompe a proposta de uma ontologia histórico cultural como possibilidade de abordagem para conhecer um determinado fenômeno ou objeto.

A seção ainda contempla a caracterização do Materialismo Histórico e Dialético como teoria, método e aspecto fundante para o arcabouço teórico e metodológico da presente tese, de modo a serem igualmente descritos os procedimentos e instrumentos técnicos para a análise de dados.

A princípio, ao serem consultados os significados das palavras ‘ontologia’ e ‘ontologismo’ (Abbagnano, 2007, p. 727-728), são identificadas conotações relativas à metafísica e ao estudo da essência do ser, em filosofia, que transcende o sensível de modo a contemplar a elaboração abstrata do fenômeno. De modo análogo, Tonet (2013, p.12) assevera que a ontologia se refere a um campo da filosofia que se aplica à tradução do ser ou objeto ao qual se investiga, tendo como ponto de partida a identificação dos traços que compõe sua essência e sua generalidade, podendo assumir aspecto geral ou particular, conforme a alusão a determinados âmbitos distintivos do ser.

Adentrando o significado deste terreno filosófico e sua contextualização na história de construção da ciência, Tonet (2013, p. 10 e 15), ao discutir a problemática do conhecimento, pontua a indissociabilidade elementar entre construção de conhecimento, processos históricos e interesses sociais. Deste modo, parte da conjectura de que a classe social compõe uma das bases primaciais da história, assim como também se trata da unidade onde se alicerça a elaboração de saberes formais

e informais, não sendo identificados em momentos que antecederam a sua existência, por exemplo, registros ou reflexões minimamente estruturadas que abordassem questões relativas à produção de conhecimento. Quanto ao significado da unidade classe social, o autor define “(...) classes sociais são grandes grupos de indivíduos, cuja origem está no processo de produção e apropriação da riqueza” (p. 16).

A este respeito, Marx e Engels (1998, p. 40) discorrem que a história das sociedades e seu curso se desenvolvem a partir do conflito ou a competição pela produção e apropriação de riqueza, isto é, a luta de classes. Assim, possuir conhecimento e condições para elucidar acontecimentos, dinâmicas e funcionamentos dos espaços e suas relações, constitui ferramenta indispensável para que uma classe domine e mantenha o poderio sobre outra.

Por conseguinte, posto que “(...) uma forma de pensar é sempre situada em algum lugar e em algum momento da história (...)” (Tonet, 2013, p. 21), o autor elenca três importantes períodos relativos ao conhecimento em que determinados conjuntos de características, também chamados de paradigmas ou padrões, foram predominantes e influenciaram a construção e validação científica até a pós-modernidade.

O primeiro momento foi denominado padrão greco-medieval. Temporalmente entremeado desde a Grécia antiga até aproximadamente o século XV, este íterim é descrito como uma etapa em que a produção de conhecimento foi orientada por uma abordagem ontológica metafísica. Tal produção apresentava traços de passividade, uma vez que previa a nomeação da verdade já instalada nas criações divinas e naturais. Não obstante, ocorreram importantes construções teóricas na conjuntura de crise das sociedades grega e medieval. Além disso, de maneira a-histórica, o espaço concreto compunha o centro para o qual se direcionava toda observação, sendo denominado como polo reagente a objetividade. Sob orientação da lógica, a razão constituía alicerce para o conhecimento, cuja construção possuía traços distintivos como a já mencionada primazia da metafísica, do idealismo e de objetivo ético político e religioso. Assim, as primeiras elaborações científicas desse período estiveram ligadas à concepção de valores, sendo produzidas por representantes ou estudiosos das questões relativas à alma e ao não visível. Conhecer, portanto, significava “(...) apreender a essência das coisas”. (p.27)

Já o segundo período intitulado “Padrão Moderno” apresentou, conforme Tonet (2013), importantes modificações na constituição do fazer científico teórico e prático, uma vez que esteve situado no processo de transformação das circunstâncias sociais e econômicas do sistema feudalista ao capitalista, evidenciando manifesta separação entre a dimensão material e espiritual, prevalecendo a primeira sobre a segunda.

Assim, a formação da sociedade passou a ter por embasamento material a acumulação do capital ou riqueza e a produção de mercadoria, sendo esta executada de forma ativa pelos seres humanos. Tonet (2013, p.32) recupera que “(...) foi a partir deste momento que o ser singular humano foi se constituindo como indivíduo propriamente dito”, caracterizado como transcurso milenar, não sistemático, detentor de modificações e rompimentos, representa um dos grandes traços específicos do período da modernidade.

Com a emergência do sistema capitalista, o domínio da estruturação social passa a corresponder ao ser individualizado e a seus interesses, fato que se tornou fio condutor a elaboração da ciência moderna. Ademais, esse processo permite a identificação de dois momentos de estatuto ontológico equivalentes, recíprocos e que se referem ao ser social de Marx: o singular (indivíduo) e o universal (gênero).

Deste modo, no contexto do Padrão Moderno a abordagem gnosiológica apresenta-se como novo paradigma a conduzir e a influenciar a produção de ciência da época. Diferentemente da abordagem de outrora (ontológica metafísica), a perspectiva gnosiológica tem por embasamento o caráter ativo do indivíduo, de forma que suas ações constituíam base integrante à sociedade.

Ademais, o objetivo do novo paradigma gnosiológico apresentava como traços principais o pragmatismo e o utilitarismo, de modo que o conhecimento deveria ser empregado para manejar a natureza, utilizando-a conforme interesses individuais e sociais. Logo, o saber não estaria contido no objeto, mas a partir dele seria produzido pelo sujeito, ficando, por conseguinte, imbuído de sua subjetividade.

No que tange a investigação científica propriamente dita, nesse período se constituiu o protocolo que vigora até os dias atuais: a metodologia científica, a qual envolve a proposição de hipótese; identificação de dados através dos sentidos ou empirismo; sistematização; exame ou apuração e resultado. Quanto aos dados, estes passaram a ocupar lugar de correlação entre a subjetividade humana e a objetividade racional, de modo que o resultado corresponde sempre a um produto elaborado pelo

indivíduo, seguindo-se para tanto, os critérios da neutralidade científica e a coerência do método.

Já no decurso da revolução francesa a realidade social foi representada pela burguesia conservadora (que outrora fora revolucionária). Na contramão, a existência de outro grande grupo – mão de obra proletária – define diferentes interesses e influências para o fazer científico: enquanto à burguesia não convém ater-se ao conhecimento aprofundado da realidade social, o proletariado tem na complexificação do conhecimento social sua principal ferramenta para intervir e modificar a realidade. “Ora, são, de modo especial, as categorias da totalidade e da essência, (...) histórica e socialmente entendidas, embora não só elas, que permitirão o acesso a esse tipo de conhecimento” (Tonet, 2013, p. 54).

Em resumo, enquanto no período descrito como greco-medieval predominou a objetividade de traço a-histórico, durante a época moderna, o indivíduo ganhou destaque em sua ação, contudo deixou esvaír o traço fundamental da indivisibilidade do ser social e da natureza.

Por fim, o terceiro grande momento que influenciou e deu vação a novos paradigmas científicos foi nomeado por Tonet (2013, p.65) como “Padrão Marxiano”. Em alusão ao próprio título, Karl Marx foi o principal teórico a fornecer subsídios as novas formas materiais para compreensão e leitura da sociedade e construção de conhecimento, partindo, para tanto, da classe social burguesa como elemento de análise e mantenedor à dinâmica de produção e organização social.

No que tange a localização espaço temporal, em meados do século XIX, a burguesia desenvolvida como classe e em processo de socialização, representava para a ciência tanto a possibilidade quanto o impedimento de adentar o conhecimento sistematizado da realidade social, produzindo-se, portanto, a crítica transformadora ou a sua reprodução, respectivamente.

Deste modo, Marx em consonância com as demandas da classe operária, viabiliza a expressão de uma ontologia do ser social, adotada como uma perspectiva paradigmática inaugural, quando comparada com as precedentes.

Deste modo, a elaboração de uma ontologia do ser social não é uma invenção de Marx; não é um construto meramente teórico. Certamente é uma construção teórica, mas, muito antes disso, é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente (Tonet, 2013, p. 68).

Para Marx, a ontologia do ser social precede qualquer elaboração metodológica, uma vez que para o autor é necessário conhecer antes de sistematizar. Por isso, sua obra tem por fundamento o conceito de que é o ser social quem forma a sociedade e, por consequência, a avaliação desta última permite a compreensão de questões primárias relacionadas a proveniência, natureza e função do conhecimento de tipo científico. Assim, o exercício da referida análise se inicia pela questão: 'o que é o ser social e quais os aspectos ou formas essenciais o compõe?' de modo que a pergunta relativa ao recorte de conhecimento propriamente dito, eleito em determinada investigação, apresenta-se tão somente como uma das determinações do ser social, e somente pode ser respondida após a reflexão da primeira.

Balizando a referida teoria ao objeto desta tese, a pergunta de investigação indaga: 'o que é a atividade da/o psicóloga/o no sistema único da assistência social?', tendo, por conseguinte, o aspecto 'como fazer Psicologia no sistema único da assistência social' como uma de suas dimensões constitutivas.

Ainda, em consonância com o retrospecto apresentado, vale salientar que a ciência moderna, alinhada à gnosiologia, demarca uma divisão estabelecida entre produções científicas e não científicas, não sendo, nesta configuração, conferido reconhecimento a ontologia uma vez que esta pertence a seara da filosofia. Contudo, a propositura marxiana indica a indissociabilidade entre ciência e filosofia, tanto no que diz respeito a constituição do saber sistematizado, como para a elaboração metodológica, sem, contudo, perderem suas funções e características como etapas de um mesmo processo.

Além disso, a perspectiva ontológica concatenada por Marx se difere da ontologia predominante no período greco medieval, inclusive apresentando característica de ineditismo, haja vista que não centra a objetividade em detrimento da subjetividade ou vice e versa, mas demonstra a elementaridade de ambas para a constituição da realidade social, a partir da práxis, atividade mediadora exclusivamente humana, sensível e real.

Neste interim, o trabalho possibilita que se correlacionem os aspectos que dizem respeito a natureza e a sociedade, e que em síntese, têm por resultado o ser social. Ademais, enquanto o animal se reconhece indistintamente com sua atividade de sobrevivência, o ser humano adequa sua atividade fundamental para além das próprias necessidades e vontades, colocando-a à serviço de sua consciência, à medida que esta é constituída igualmente a partir de uma base natural.

Junto a isso, a possibilidade de generalização como processo psíquico cognitivo, que promove a formação de conceitos pertencentes a categoria humana, também se apresenta como elemento potencial e amplificador do trabalho. A generalização garante que o ser social possa, ao longo do tempo e da história, complexificar-se, ou seja, produzir continuamente ideias, objetos, atitudes, e não tão somente reproduzir condições naturais, como no caso dos animais.

Por conseguinte, a categoria trabalho é um preceito fundante a ontologia do ser social, uma vez que, para Marx, o trabalho é um “ato-ontológico primário” (Tonet, p. 87) que dá origem ao ser, além de sua substancialidade no que tange a elaboração da ciência: “(...) o exame do trabalho, categoria fundante do ser social e modelo de todas as atividades humanas, permite compreender a origem (ontológica), a natureza e a função social do conhecimento científico” (ibidem, p.101).

Portanto, os saberes, constituídos e em constituição, compõem uma das etapas do processo dinâmico e contínuo de transformação da existência da sociedade e da natureza, em seus variados meios, instrumentos e formas, bem como medeiam a formação do sujeito em sua condição e perpetuação humana.

Ademais, há intrínseca e mútua relação entre o conhecimento e a realidade espaço/temporal, uma vez que as ideias são produzidas em determinado contexto, período e em atendimento a situações emergentes e objetivos definidos. Por outro lado, os referidos interesses não se vinculam de forma imediata a realidade, de modo que é preciso transformar e ajustar esta última aos fins almejados.

Igualmente, a finalidade principal dos processos de elaboração de conhecimento se refere, tão somente, a identificar aspectos do objeto que respondam aos objetivos da investigação, sem, contudo, alcançar sua integralidade, haja visto que o objeto é infindável, acompanhando a característica dinâmica da realidade na qual se encontra situado.

Assim, a proposta marxiana recupera a posição do objeto como centro do processo de investigação, sendo este último substancialmente influenciado pela posição onde se encontram, no plano da divisão de classes, os interesses e objetivos do levantamento. “(...) na perspectiva ontológica, o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem” (Tonet, 2013, p. 107).

Neste sentido, a possibilidade de alcance e produção do conhecimento elaborado acerca da realidade também é determinada a partir da observância e conservação dos interesses de classe. Isso significa dizer que os interesses de classe permeiam o fazer científico, direcionando-o.

Em relação ao componente metodológico, Lukács (2012), postula que o método parte, necessariamente, de uma base ontológica, sendo este, elemento essencial e que confere princípio de austeridade a quaisquer procedimentos ou propostas científicas.

Por conseguinte, de acordo com a perspectiva ontológica do ser social inaugurada por Marx, o método igualmente encontra-se atrelado a realidade do objeto, de forma que a apresentação das etapas e instrumentos do processo de investigação não são definidos a priori, porém ocorrem à medida que o objeto é traduzido, em sua conjuntura, por meio da abstração.

Neste seguimento, para que a referida abstração se concretize, é necessário que o sujeito modifique o conteúdo referente ao objeto apresentando concretamente (também chamado real), em conteúdo pensado (chamado ideal). De modo que, ao invés de ser construído, o objeto é interpretado, sendo a totalidade que o forma âmbito primordial para apreciação desse processo, com o objetivo de obter resultados os mais fidedignos possíveis à realidade social. Destarte, os elementos formadores do método tornam-se, gradativamente, menos intangíveis, sendo definidos conforme se identifica o objeto.

Por fim, uma vez iniciado o processo de abstração do objeto, com fins de acessar as unidades que formam a sua totalidade, viabiliza-se concomitantemente, o processo de concreção, que reside na operação desempenhada pelo pensamento de identificar as determinações que formam o fenômeno, possibilitando a expressão de um concreto pensado ampliado e mais próximo a integralidade dele.

Isto posto, salienta-se que a teoria marxiana nomeia a *categoria essência* como estrutura fundamental tanto a compreensão da realidade social, como a própria dinâmica histórica e dialética, uma vez que esta garante a existência da unidade comum e de sua permanência. Logo, é notória a incompatibilidade entre a compreensão deste conceito – essência – e os pressupostos da ciência moderna, que o concebem como uma definição pertencente ao ideal metafísico, meramente objetivista. Dessa forma, ficam dispostas duas propostas antagônicas de produção científica: a de compreensão da lógica (ontologia do ser social), e a de submissão à lógica (ciência moderna).

Não obstante, Tonet (2013, p. 12) infere que ambas as perspectivas gnosiológica e ontológica consistem em resultados do movimento histórico-social, de modo que, do ponto de vista gnosiológico, a relação sujeito objeto será balizada pelo sujeito, enquanto que do ponto de vista ontológico, o objeto circunscreve a relação.

2.1 O Materialismo Histórico e Dialético como Método

A proposta de Marx (2001,2004) representada na elaboração do Materialismo Histórico e Dialético, teve por objetivo inicial, no contexto de exploração e alienação humana ocidental do século XIX, produzir uma crítica revolucionária acerca da origem, expansão e crise da sociedade burguesa capitalista, tendo em vista apresentar elementos que fossem profícuos à luta por emancipação social por meio do sistema de produção comunista.

Para tanto, conhecimentos pertencentes a dialética da filosofia hegeliana, do socialismo francês e da política inglesa serviram como base para a formulação da teoria marxista (Netto, 2011, p.16). Todavia, se a dialética de Hegel possui respaldo no idealismo, o método dialético desenvolvido por Marx estabelece relação direta com o materialismo, e supera o modelo anterior no que diz respeito ao pressuposto hegeliano de que o pensamento confere existência a realidade. Para Marx, os objetos ou fenômenos possuem formas históricas e ontológicas de existência, de modo que eles possuem determinações que, por sua vez, são abstraídas pelo pensamento (Martins & Lavoura, 2018, p. 228).

Neste sentido, o princípio materialista fundamental consiste na ideia de que as relações e análises fenomênicas partem de um plano material, no qual ocorrem as

relações interpessoais, sendo estas últimas categoricamente determinadas pelos modos de produção.

Por conseguinte, o Materialismo marxiano é histórico, pois abrange a tríade: trabalho – socialização – história. Todos os três elementos referem-se a possibilidades estritamente humanas, sendo o trabalho a atividade humanizadora por excelência; socialização a via que possibilita a ocorrência e difusão da atividade humanizadora; e a história como unidade que fornece a permanência das produções e cultura humana ao longo do tempo e gerações, bem como oferece ferramentas para a compreensão do desenvolvimento humano e de suas produções.

Em relação ao componente dialético, as premissas marxianas explicam-no a partir de três leis basilares: totalidade, contradição ou negação e movimento. A totalidade consiste na formação geral de um objeto ou fenômeno, constituído por diferentes unidades; a contradição ou negação é expressa no movimento antagonista advindo da diferenciação entre as unidades ou partes de um mesmo objeto/fenômeno; e uma vez dinâmico, o movimento garante a contínua possibilidade de construção e transformação no decurso da história.

Ainda que Marx não tenha nomeado a teoria por ele desenvolvida como método, a aplicação do Materialismo Histórico e Dialético pode ser ilustrada a partir do *Método Inverso*, proposto por Vigotski (1996), igualmente respaldado na teoria marxista. Neste, a apreensão do fenômeno acontece quando ele passa por uma análise elaborada. Tal análise é pautada na abstração do objeto, sendo em primeiro lugar identificadas e nomeadas as partes ou unidades que o formam. Na sequência, as unidades são isoladas e analisadas individualmente. A terceira etapa se dá pelo movimento de retorno da análise, que em primeira instância ocorreu do plano material total em direção ao individual, e em segundo momento, se dá na direção contrária do individual para o total, observando-se o objeto por uma perspectiva mais inteligível e saturada das determinações que o compõem. Este movimento também propicia a aproximação e obtenção da essência do objeto, que será o elemento comum presente nas diferentes unidades que o formam.

Assim, o *Método Inverso* requer um movimento que parte da forma mais desenvolvida de um objeto ou fenômeno até a menos desenvolvida, para então, provido de uma maior possibilidade de determinações e elementos históricos

identificados, retomar a análise de modo a dar inteligibilidade a essência do referido objeto.

Martins e Pasqualini (2015) reiteram Vigotski como o teórico que utilizou do método dialético para produzir análises acerca dos fenômenos psicológicos, defendendo que o núcleo de uma investigação científica prevê a superação de avaliações meramente expositivas, de modo a ser direcionada à observação do fenômeno em sua totalidade, bem como se volta a busca dos elementos, fatores e circunstâncias que o originam, atravessam e o constituem, de forma a alcançar a sua essência.

2.2 Procedimentos Técnicos

Conforme enunciado anteriormente, a presente tese propõe como procedimento técnico a revisão teórico bibliográfica e a análise documental do conjunto de manuais de referência técnica para a atuação de psicólogas e psicólogos no sistema único da assistência social, esperando que estes forneçam subsídios às reflexões e análises de cunho ontológico em relação a prática psicológica. A saber, o conjunto de manuais refere-se aos seguintes materiais: I- Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS - edição revisada 2021 -; II- Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – 1ª edição 2013.

A revisão ou pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44 e 45) é um procedimento imprescindível para estudos históricos, tendo por suporte outras produções já desenvolvidas, sobretudo livros e artigos. O autor ainda salienta a potencial ampliação do alcance e acesso, por intermédio da pesquisa bibliográfica, a outros conhecimentos produzidos, indicando a importância desta característica quando a investigação aborda questões mais abrangentes.

Já no que se refere a análise documental, Oliveira (2007) destaca como característica elementar a esta categoria, o estudo analítico de materiais que ainda não tenham sido apreciados por essa perspectiva. Ainda para Cellard (2008), a pesquisa documental promove o reconhecimento de características culturais, coletivas, práticas e comportamentos inerentes ao desenvolvimento humano, ao que Figueiredo (2007) complementa que as fontes a serem examinadas oferecem

referências materiais para a formação de conceitos e teorias pré-elaboradas pelo sujeito da investigação.

Deste modo, a concatenação do conteúdo dos materiais avaliados e do exame deles foi organizada da seguinte forma: ambos os manuais têm seus tópicos ordenados partindo de uma apresentação, uma introdução e quatro eixos temáticos correspondentes entre si. Assim, para a exposição dos conteúdos são indicados as apresentações, introduções e os pares de eixos temáticos correspondentes que pertencem a cada um dos manuais, seguindo a ordem de apresentação em primeiro lugar do documento de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS e em segundo, do manual de Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Na sequência, encaminharam-se as análises com base na leitura dos materiais. É necessário anunciar que tais análises foram direcionadas pelos constructos Finalidade – Objeto e Instrumentos – apresentados por Marx (1982) quando este caracteriza os processos de trabalho, bem como por Leontiev (2021) ao desenvolver o conceito de Atividade na Psicologia Histórico Cultural.

Quanto a produção das análises, foram estabelecidos os seguintes critérios: uma vez que ambos os documentos - Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS e Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS - são divididos em quatro eixos, foram espelhados, por similaridade de assuntos, os dois primeiros eixos de cada manual, portanto eixos um (1) e dois (2) do manual de atuação no CRAS e eixos um (1) e dois (2) do manual de atuação no CREAS formando o bloco um (I), e os eixos três (3) e quatro (4) do manual de atuação no CRAS e os eixos três (3) e quatro (4) do manual de atuação no CREAS formando o bloco dois (II). Em seguida, após o espelhamento dos blocos agrupados, foram identificadas unidades essenciais mínimas de análise, as quais corresponderam aos constructos Finalidade – Objeto e Instrumento – em relação a atividade psicológica, sendo por fim cada uma delas analisada.

Uma vez apresentado o arcabouço teórico e metodológico que respalda esta tese, e em confluência a concepção ontológica com a finalidade de identificar e nomear as determinações que compõem o objeto investigado, a seção seguinte é

destinada a explicar sobre a perspectiva histórica da instituição da Psicologia como ciência e profissão no Brasil.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO NO BRASIL

Este capítulo é destinado a apresentação do delineamento histórico que circunscreveu o processo de instituição da Psicologia, desde a sua constituição analítica até a etapa de seu reconhecimento profissional no Brasil.

Segundo Antunes (2012), todo conhecimento produzido dentro de uma sociedade possui duas linhas principais de constituição: a histórica e a social. Somado a este fato, os tipos de relações estabelecidas entre os sujeitos pertencentes às diferentes classes sociais e interesses, balizam diretamente a formação deste novo saber, que é formado para atender a demandas específicas.

Assim, estabelecer uma retrospectiva histórica dos fatos que proporcione a compreensão do panorama no qual a Psicologia se constituiu nos planos teórico e profissional no país, implica a compreensão de sua historicidade e, diante disso, também remete às contradições presentes ao longo do transcurso passado, do presente e do resultado, dos dois períodos anteriores, projetados para o futuro.

No tocante ao conceito de historicidade, Gramsci (1978) comunica:

Não se pode separar a 'filosofia' da 'história da filosofia' (...). Não podemos ser filósofos (...) sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções (p.13).

Precipuamente, Antunes (2012) recupera que desde o período colonial no Brasil, já constavam prelúdios de saberes advindos da Psicologia moral de base europeia. Estes serviam à típica relação exploratória entre metrópole e colônia, sendo transmitidos principalmente pelos padres jesuítas, representantes da igreja católica, responsáveis pela educação doutrinante e pela propagação de conhecimentos pedagógicos que estimulassem a disciplina, o controle e a repressão dos nativos.

Não obstante, dentre os trabalhos produzidos durante o período colonial que se aproximavam da Psicologia, Massini (1997) indica estudos que caracterizavam, por exemplo, a dinâmica do atendimento psicoterápico, investigações relacionadas ao desenvolvimento e aprendizagem infantil e até mesmo questões relativas à possibilidade de participação e produção intelectual de mulheres, ainda que os

autores destes últimos (Azeredo Coutinho e Feliciano de Souza Nunes) tenham sido reprimidos.

Já no início do século XIX, com o declínio do período colonial e as consequentes modificações políticas, econômicas e sociais, emerge a necessidade de que seja instaurada uma administração governamental qualificada e estratégica, expandindo-se assim a instalação de instituições e cursos superiores no território nacional, como a faculdade de Medicina na Bahia em 1832 (Soares, 2010). Especialmente nos cursos de medicina, os trabalhos de conclusão mostram-se cada vez mais repletos de aspectos pertencentes ao campo psicológico racional ou filosófico.

Neste interim, em pleno processo de urbanização, igualmente as questões sociais passam a demandar cada vez mais atenção no quesito da saúde pública, do saneamento básico e do crescente aumento de mazelas sociais. Inicia-se então a manifestação de interesse da classe médica por assumir a condução das referidas circunstâncias, demonstrando especial diligência aos fenômenos psíquicos, embora não demonstrassem compromisso com iniciativas relevantes a população, uma vez que reificavam ideias racistas, de segregação e aniquilamento de diferentes matrizes étnicas e raciais diferentes daquelas de base europeia (Antunes, 2012).

De acordo com Andrade (2018), medicina e educação atuaram lado a lado desde o final do século XIX até meados da primeira metade do século XX e tiveram papel fundamental para o processo de consolidação da Psicologia no Brasil. Ambas as áreas, promoviam o atendimento à demanda por higienização e ordem do social; disciplina e treinamento de corpos docilizados; controle e adaptação popular às normas padronizadas, utilizando-se para tanto de saberes psicológicos que recrudescessem atitudes, as quais tinham como resultado a produção da exclusão social. Por outro lado, despontam da mesma maneira no século XIX, movimentos sociais nacionais que reivindicam a modificação das condições sociopolíticas da época.

Com a chegada do século XX, a emancipação da Psicologia como área do conhecimento torna-se uma possibilidade mais próxima no horizonte de reconhecimento e consolidação na comunidade científica local, com a instalação de laboratórios de Psicologia no interior de hospitais, clínicas psiquiátricas e escolas normais (instituições voltadas a formação de professores), como a criação em 1906

do primeiro laboratório de Psicologia no Brasil – Pedagogim – e dos laboratório de Psicologia na Colônia de psicopatas do Engenho de Dentro e da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923 (ANTUNES, 2012), bem como do laboratório de Psicologia Experimental na clínica psiquiátrica do Hospício Nacional – Colônia Juliano Moreira – em 1924 e do Instituto de Higiene, no qual se iniciou o serviço de inspeção médico-escolar em São Paulo no ano de 1927 (Soares, 2010).

Sobre o processo de autonomização da Psicologia no Brasil, Antunes (2012) postula:

(...) no âmbito das ideias que se articulam com o desenvolvimento da Psicologia, foram os movimentos dos setores intelectuais, portanto, das camadas médias, que formaram um substrato que permitiu a gradativa conformação da Psicologia como área específica do conhecimento, base necessária para as intervenções sociais articuladas a seus projetos. (p. 53)

Ademais, o contexto nacional nas décadas iniciais dos anos de 1900 demandava a reformulação dos modos de produção e, por consequência, da forma de educar os indivíduos, preparando-os adequadamente para atender ao funcionamento dos novos mecanismos e sanar a problemática do atraso econômico do país.

Outro importante componente para o reconhecimento e consolidação da Psicologia no Brasil foram os testes psicométricos. Estes foram especialmente empregadas na área educacional em meados dos anos de 1920 e 1930, estendendo-se posteriormente ao espaço industrial, com o objetivo de mensurar o coeficiente de inteligência, assim como de obter outras referências padronizadas que aferissem as aptidões desenvolvidas, e direcionassem a criança ou o adulto para as atividades laborais que lhes fossem adequadas de acordo com os resultados obtidos. Deste modo, a Psicologia passa a oferecer ao estado instrumentos congruentes para ações interventivas de cunho social (Andrade, 2018).

Em contrapartida, profissionais como Helena Antipoff e Ulysses Pernambucano produziram a crítica, no mesmo período, acerca da utilização indiscriminada dos testes, uma vez que dimensões como condições materiais e sociais, não eram incluídas na métrica, e tampouco em nenhuma etapa da análise.

Em continuidade a retrospectiva histórica, na década de 1940 a Psicologia passa a subsidiar o Instituto de Seleção e Orientação Profissional - ISOP – fundado pelo governo de Getúlio Vargas, o qual tinha por objetivo tratar de questões relativas ao trabalho, e auxiliar a atividade clínica por meio de serviços de orientação infantil desenvolvidos no interior das diretorias de ensino e na clínica do instituto Sedes Sapientiae.

Posteriormente, em 1953, os docentes dos cursos de Filosofia solicitam a criação de seções de Psicologia em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, e em 1954 é apresentado pelo então senador Marcondes Filho o projeto de lei que discorria sobre o ensino obrigatório de Psicologia nos cursos de Medicina, decorrendo daí outras propostas e solicitações por reconhecimento técnico especializado.

Por fim, em 27 de agosto de 1962 foi aprovada a lei número 4119, que além de regulamentar a Psicologia como ciência e profissão, também estipulou um currículo mínimo formativo.

Contudo, Antunes (2012) aponta que o golpe civil e militar de estado sofrido pelo Brasil dois anos após a regulamentação profissional da Psicologia, promoveu mudanças expressivas a jovem ciência constituída, como a multiplicação de instituições particulares para a formação de nível superior, assim como de cursos de Psicologia criados, muitas vezes, em condições estruturais precárias (quantidade de disciplinas reduzidas do currículo, concentração em atividades de ensino, número excedente de discentes matriculados por turma, e remuneração docente incompatível), o que resultou no inchaço do número de profissionais formados nos anos posteriores a regulamentação da profissão, e a não absorção dos mesmos pelo mercado de trabalho.

Tais fatos reverberaram nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo após o fim do regime militar. Decorre que em todos esses períodos, se por um lado para a ser reconhecida e consolidada, a Psicologia servia às demandas colocadas pelo governo e classe social burguesa, por outro, também foram se constituindo, concomitantemente, movimentos sociais de representação, originando, por exemplo, as diferentes políticas públicas nacionais, o Conselho Federal de Psicologia, a expansão das áreas de atuação psi, movimentos de reivindicação e compromisso social, dentre outras formas antagônicas que garantem o movimento e as possibilidades de novas criações e transformações da sociedade.

No que tange à formação das políticas públicas, tanto no panorama internacional como nacional, Capelato (2016) contextualiza que o período posterior a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1970 e 1980, produziu como resultado uma importante base de sustentação para uma crise dentre os paradigmas predominantes do conhecimento científico, a qual, por sua vez, desencadeou um movimento de reavaliação das conceituações paradigmáticas no campo das ciências sociais.

Estas reavaliações implicaram em transformações no âmbito econômico, político-ideológico, moral e cultural, de modo a serem observadas e criticamente revistas as formas como se estabelecem as relações de poder e seus efeitos, assim como valores e atitudes comportamentais padronizadas.

Capelato (2016, p. 23) pontua a Revolução Cubana, os movimentos de descolonização na África e Ásia e o agrupamento coletivo de movimentos sociais a partir de maio de 1968 como alguns dos principais acontecimentos considerados históricos, ocorridos durante a década de 1960, responsáveis pelo processo de reformulação de paradigmas. Essas transformações também exerceram influência na conjuntura nacional da época, sobretudo devido a repressão vivida durante o regime ditatorial a partir de 1964.

Desta forma, na década de 1970 despontaram cenários e forças que convergiram local e internacionalmente para um transcurso de abertura política, discussões e redirecionamento de ações, o que culminou na retomada de administrações de governo e organizações sociais redemocratizadas. Logo, assim como acontecera em países da Europa e da América, como os Estados Unidos, durante o período de redemocratização, formaram-se no Brasil movimentos sociais voltados as questões relativas à “(...) defesa de minorias étnicas e de gênero” (Capelato, 2016, p. 24).

De acordo com Capelato (2016, p.23-24), esses movimentos sociais foram compostos por grupos de mulheres, estudantes, comunidades de bairros, operários, produtores culturais e católicos progressistas, por exemplo, que apresentavam modos de existência, resistência e de reivindicação política, social e cultural, de modo que, até então, esses agrupamentos e suas potencialidades não possuíam créditos auferidos pela ciência. A autora ainda destaca que até mesmo a organização dos grupos de representação dos operários moldou-se com novas características, sendo

estabelecido um sindicato autônomo, o qual foi a origem para criação posterior do Partido dos Trabalhadores.

Ademais, no domínio acadêmico, a partir dos movimentos de redemocratização, se iniciaram as reformulações de paradigmas e o fomento a estudos sobre esses movimentos sociais, culturais e políticos em decurso no país.

Pouco a pouco, as grandes sínteses produzidas pela macro-história, nas quais os sujeitos estavam ausentes, cederam lugar para análises mais voltadas para a micro-história, história do cotidiano, história social e história cultural levando em conta as experiências dos trabalhadores, dos atores anônimos, dos subalternos e dos grupos minoritários” (Capelato, 2016, p. 25).

Diante desse contexto, as políticas públicas nacionais, incluindo a política de Assistência Social e de Saúde, emergiram da realidade de contradições, reivindicações e lutas. Segundo Pereira (2007), a Assistência Social tem expressão presente no Brasil, sob tal designação, desde o período colonial, sendo caracterizada por ações de cunho clientelista, populista e de assistencialismo (caritativo), além de ser orientada por valores morais e religiosos.

Conforme indicado por Spozati (2011), as bases da política de Assistência Social foram solidificadas durante o período da República Velha, também chamada Primeira República – 1889 a 1930 – onde foram elaboradas as primeiras salvaguardas em favor da assistência aos desvalidos, excluídos e impossibilitados de exercer atividade de trabalho remunerado.

De acordo com Spozati (2011), esta política foi se consolidando ao longo da ditadura do Estado Novo – 1937 a 1945 - por meio do Conselho Nacional de Serviço Social e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), assim como durante a Ditadura Militar com a composição do Ministério da Previdência e da Assistência Social. Entretanto, a culminância de sua nomeação como política pelo plano nacional de desenvolvimento ocorreu por meio de sua instituição na Constituição Federal de 1988, de modo que passou a formar, ao lado da saúde e da previdência, o tripé de seguridade social, oferecendo cobertura de atendimento a todos os indivíduos que dela viessem a precisar, para além da condição econômica. A autora ainda destaca a Constituição Federal de 1988 como um importante marcador que configurou uma nova dinâmica de funcionamento entre estado e sociedade.

Um segundo aspecto fundamental a ser mencionado foi a publicação da Lei nº 8742 de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – a qual além de ampliar e promulgar direitos básicos, também contribuiu para a mudança de interpretação relacionada ao sujeito, passando este à condição de sujeito de direitos.

Assim, a LOAS prevê e descreve como objetivo das ações profissionais a serem realizadas na política de Assistência Social a prevenção a situações de vulnerabilidade e risco social, o incentivo e viabilização de condições materiais e psicossociais para o desenvolvimento de potencialidades do sujeito, bem como suas aquisições, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários ou o trabalho de recomposição dos mesmos, uma vez que estes tenham sido rompidos ou seus direitos tenham sido violados.

A LOAS também indica que o trabalho socioassistencial deve ser realizado em território, em regiões com maiores indicadores de vulnerabilidade, de modo que possa haver aproximação literal no recebimento e identificação das demandas, junto da construção de vínculos e da viabilização de acesso a conhecimentos e direitos civis.

Outro marco temporal que contribui para a compreensão da instalação da política pública socioassistencial e inserção da Psicologia nesta abrangência de atendimento, trata-se da organização da Política Nacional de Assistência Social – PNAS – em 2004 pela Secretaria Nacional de Assistência Social e Combate à Fome, em que se estabeleceu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS – o qual foi implantado em 2005. O SUAS tem como princípios básicos de orientação a participação da população na construção de suas diretrizes e serviços, a não centralização de serviços priorizando-se as ações *in locu*, a hierarquização das modalidades de atendimento em níveis que compreendem desde a básica, média até alta complexidade e a responsabilização do estado no direcionamento dessa política.

Por fim, também no ano de 2005 foi publicada a Norma Operacional Básica do SUAS – A NOB SUAS – que define as operações e formas de gestão dessa política e em 2006 pela resolução nº 269 de 13 de dezembro, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos SUAS - NOB/RH SUAS – documento que indicou os profissionais que deveriam compor a política pública da Assistência Social, sendo a/o psicóloga/o recomendado devido a consideração dos aspectos subjetivos, psicológicos e emocionais como imprescindíveis para o reconhecimento de si, a apropriação, a

prática da cidadania e o trabalho com questões sociais. (Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes e Fadul, 2012)

Assim, em 2008 o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP – publicou o primeiro manual de Referências Técnicas para atuação do psicólogo/a no CRAS/SUAS, documento este que compõe o material de análise desta tese, e envolve os aspectos históricos de formação desta política e os possíveis direcionamentos de ações a serem desempenhas pelos profissionais da ciência psicológica neste âmbito.

Conforme Oliveira e Kahhale (2020), o prescrito acima mencionado destaca a importância da atuação da/o psicóloga/o no SUAS, uma vez que esta ciência oferece ferramentas para que possam se desenvolver indivíduos que se reconheçam como detentores de direitos, que se apropriem em processo contínuo de sua cidadania e autonomia, incentivando o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas, além de abranger a dimensão subjetiva, considerando aspectos históricos e culturais da sociedade. Tal leitura se confirma na compreensão de Afonso et. Al (2012), os quais apontam que a atuação da/o psicóloga/o no SUAS deve permitir a compreensão dos indivíduos de forma dialética.

Uma vez expostos os referidos marcos históricos, a próxima sessão é dedicada a apresentação do conceito de atividade segundo a Psicologia Histórico Cultural e seu atrelamento ao objetivo central da presente tese.

4 A ATIVIDADE COMO CONCEITO SEGUNDO A PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL

Como fora anunciado anteriormente, o presente capítulo aborda os principais aspectos que se referem ao conceito de Atividade, conforme os pressupostos elaborados por Leontiev (2021) no período de construção e caracterização da Psicologia Histórico Cultural.

Precipuamente, segundo Leontiev (2021, p. 41), o desenvolvimento da ciência psicológica esteve, durante muito tempo, deliberadamente arredado da filosofia marxista/leninista, de modo que somente em meados de 1920 alguns cientistas russos apresentaram a necessidade de elaboração de uma teoria psicológica que tivesse por base os pressupostos materialistas, históricos e dialéticos, engendrando-se então a chamada Psicologia Científica ou Psicologia Histórico Cultural.

Assim, os estudos de Lev Semionovich Vigotski (1896-1934) e de Serguei Loenidovich Rubinstein (1889-1960), produzidos no mesmo período supracitado, apresentaram suma relevância para o atrelamento e construção de acepções entre a Psicologia e a teoria Marxista, recebendo destaque a perspectiva de caráter histórico, atribuído tanto à formação humana do psiquismo como da consciência, e a construção da teoria da atividade, por meio da qual apresentou uma vertente inovadora em relação as teorias predominantes do período, postulando-se que as relações do sujeito são mediadas, objetais e sociais (Leontiev, 2021, p. 42).

Ademais, conforme Leontiev (2021), a principal contribuição de Marx à teoria do conhecimento, e que se estendeu a Psicologia, reside na compreensão inicial do conceito de atividade como ação sensível “(...) base da cognição humana” (p. 44), a partir da qual despontam elementos cognitivos e afetivos necessários ao desenvolvimento do pensamento e da percepção. Portanto, o que garante a existência do indivíduo humano trata-se justamente das relações que estabelece ativamente com o meio exterior e das condições substanciais para tanto.

Neste sentido, a atividade realizada modifica tanto o espaço no qual é empenhada, como também aquele que a realiza, sendo ainda influenciada pela organização social, bem como pelas possibilidades de desenvolvimento que lhe são oportunizadas, sendo considerada determinante para o modo como o sujeito existe.

Marx e Engels (1961, p. 423) descrevem as etapas de realização da atividade em modelo processual, responsáveis por mediar as relações do homem com o meio, ocorrendo em primeiro momento no espaço externo e de forma interventiva, e posteriormente como atividade interior, pertencente e constituinte da consciência.

Em confluência com o exposto, Leontiev (2021, p.18) também salienta que tanto Vigotski como Rubinstein afirmavam a influência das atividades sociais, materiais e econômicas como aspectos que são modelados e modelam o psiquismo em sua formação, tal qual alinhavaram a implicação recíproca que se estabelece na relação entre homem e objeto e que resulta na concretização do trabalho, demonstrando que essa correlação de caráter ativo é característica da atividade. “O objeto (...) é a atividade como síntese da significação do seu fazer” (p. 19) e que ainda “No seu movimento, atividade é mediação (...)” (p. 19).

Igualmente, Tonet (2013, p. 90) aponta o trabalho como sendo responsável pela mudança qualitativa no ser natural, bem como por proporcionar a socialização dele. “O ato do trabalho tem em seu núcleo mais íntimo a capacidade de abstração e generalização, que se originam de sua interação com a realidade objetiva”.

Do mesmo modo, dentre os conceitos desenvolvidos pela Psicologia Histórico Cultural ligados a teoria da atividade, a definição de signo ocupa especial importância, uma vez que é este que a ordena, servindo-lhe como instrumento e base. O signo ainda direciona a apropriação das produções humanas e de suas demandas tangíveis e intangíveis, e conforme Luria (1988) opera de maneira interior, sobretudo durante a internalização das funções mentais.

Logo, esta tese perpassa a elucidação acerca do(s) signo(s) que ordenam a atividade psicológica na seara das políticas públicas de Assistência Social, reunindo para tanto, elementos que pertencem a historicidade e que forneceram formato e conteúdo a referida política.

Além disso, em referência às características da atividade, Leontiev (2021, p. 22) destaca o dinamismo como um de seus traços referenciais, o qual se faz presente quando o indivíduo possui objetivo ou motivação. Neste sentido, toma-se por exemplificação o lugar de fala da pesquisadora, por ocasião do desenvolvimento deste estudo, como psicóloga trabalhadora da proteção social básica da política pública de assistência social, a mesma foi motivada pela própria atividade profissional, no intuito de compreender a sua significação como síntese.

Assim, Leontiev (2021, p. 103) concatena que as atividades sequenciadas realizadas pelo homem é que dão forma e existência para a sua vida, de modo que durante a execução da atividade ocorre o processo de alteração do objeto concreto em unidade com a imagem que dele, objeto, reflete, o que garante, portanto, a interação recíproca entre o objeto e o sujeito.

Neste ínterim, o conjunto de atividades desempenhadas pelo homem caracterizam a peculiaridade de seu gênero. Como anteriormente mencionado, a atividade trata-se tanto de uma parte concreta da existência material, como também de uma unidade mediada pelo reflexo psíquico, exercendo função de direcionamento. “Em outras palavras, atividade não é a reação ou um conjunto de reações, mas um sistema que tem estrutura, transições e transformações internas e desenvolvimento próprio” (Leontiev, 2021, p.103-104).

O referido autor ainda pontua que no contexto da ciência psicológica o conceito de atividade refere-se diretamente a processos realizados por sujeitos organizados socialmente. “Quaisquer que sejam as condições e formas sob as quais a atividade humana ocorra, qualquer que seja a estrutura que assuma, ela não pode ser examinada descolada das relações sociais, da vida da sociedade” (Leontiev, 2021, p. 104).

Nessa perspectiva, a atividade profissional psicológica desenvolvida no Sistema Único de Assistência Social também deve ser observada como pertencente e situada em uma organização social de classes, com recortes de produção material de subsistência, tempo e espaço. Seu desenvolvimento, seu público, seu local de execução, seus objetivos, suas demandas e aquilo que lhe é requisitado permeiam as características que determinam o que compõe essa atividade, o que a motiva e para onde a mesma é direcionada.

Assim, a título de recapitulação, até o presente é possível inferir que toda atividade pressupõe a existência de um objeto concreto, logo a atividade é objetiva; que esse objeto existe tanto no plano material como em imagem subjetiva; que é motivada por objetivo(s) e que seu conteúdo será delineado pelo que é produzido coletivamente em sociedade.

A respeito do conteúdo objetivo da atividade, Leontiev (2021, p. 107) afirma que este pode ser identificado no processo formativo do reflexo psíquico, que é posterior ao desenvolvimento do referido conteúdo, e que delineia a atividade na concretude.

Destarte, a organização fundamental da atividade é caracterizada por etapas que geram um movimento circular, em que se parte de um motivo ou uma circunstância concreta, o qual será acessado por processos internos do sujeito, havendo então, com o auxílio da imagem subjetiva, novos processos que modificam o objetivo inicial, incrementando-o e ampliando-o. Ou seja: tanto a atividade quanto seus processos convergem para um produto subjetivo.

Isto posto, a necessidade direciona “(...) orienta e regula a atividade concreta do sujeito no meio objetivo” (Leontiev, 2021, p. 108-109), contudo tal orientação somente pode ser efetivada mediante a presença do objeto referido a tal necessidade. Ainda em menção a esta última, Marx e Engels (1982) afirmam que tanto as necessidades quanto seus objetos são produzidos pelos homens em sociedade.

Portanto, tanto quanto a atividade, também a necessidade consiste em objeto da Psicologia, assim como o traço objetual da atividade estende-se igualmente como característica dos sentimentos, emoções e imagens. Quanto a atividade, esta ambienta o homem na realidade concreta.

Assim, questiona-se: qual o objeto da atividade psicológica realizada no âmbito da Assistência Social? E por conseguinte, qual ou quais as necessidades criadas a partir desse objeto? Este questionamento deverá ser respondido na seção desta tese que se dedica às análises dos materiais sugeridos, considerando-se os referidos prescritos produzidos a partir de objetos e necessidades criadas, bem como considerando-se o contexto de desenvolvimento da ciência psicológica no Brasil, sua inserção na política pública de Assistência Social e a organização social de classes.

Em continuidade à caracterização do conceito de atividade, Vigotski (2000) identifica que a atividade humana possui singularidades, sendo a sua espinha dorsal a atividade do trabalho, realizada por meio de ferramentas, geradora de produtos materiais e imateriais, a qual somente pode se desenvolver em condições sociais, ou seja, em ambiente coletivo em que haja comunicação. Este autor recrudesce a ideia Marxiana de que é por meio do trabalho que o sujeito se torna humanizado, de forma a construir ou elaborar não apenas produtos, mas também conhecimento e sentido.

Junto a isso, Leontiev (2021, p. 118) salienta que são os instrumentos os artefatos que realizam a mediação da atividade humana, colocando o sujeito em contato com os objetos da concretude externa e, também, com os demais seres humanos. Logo, a atividade prática, arraigada no trabalho, que possui caráter histórico

e social, fomenta o desenvolvimento da atividade psíquica interior e, por conseguinte, modifica o reflexo psíquico da realidade e do sujeito para sua atividade e para si próprio, emergindo a consciência. O autor acrescenta que a consciência individual é interdependente da consciência social, tanto quanto da linguagem, e que tanto na consciência social quanto na linguagem tal consciência individual é produzida. Ter consciência implica a atividade do sujeito, pois é por meio dela que se produz o conhecimento do mundo em si.

A consciência não se conquista porque se pensa, embora seja preciso haver o pensamento. Todavia, para que a consciência exista é necessário que se estabeleçam nexos entre os componentes do reflexo psíquico que deem nova qualidade à dinâmica do psiquismo.

Em vista disso, a Psicologia Histórico Cultural propaga que igualmente a atividade prática não é desvinculada da atividade mental, contudo condições sociais que não favorecem o desenvolvimento mínimo e fundamental aos indivíduos contribuem para a alienação de ambas, produzindo-se por exemplo, o 'trabalho estranhado' (Marx, 2004), em que a atividade do trabalho em sistema capitalista de produção é capturada de modo a não promover humanização, mas sim o seu contrário, um tipo de processo empobrecedor e cativo, que limita as produções e aquisições do gênero humano.

No que tange aos tipos de atividade, Leontiev (2021, p. 123) afirma:

Tipos específicos e concretos da atividade podem ser distinguidos entre si por quaisquer traços: por sua forma, modo de realização, intensidade emocional, característica espacial ou temporal, mecanismos fisiológicos etc. Contudo, a mais importante distinção entre uma e outra atividade consiste na diferença de seus objetos.

Desta maneira, como já fora indicado, o objeto constitui o propósito da atividade, contudo, a este respeito Leontiev (2021) acrescenta que o que concretiza a atividade são as ações, sendo este, portanto, um aspecto característico da atividade humana, e que confere à mesma a possibilidade de existir.

No que se refere a ação, o autor pontua que ela possui tanto uma vertente intencional que se refere ao motivo, como uma vertente operacional, vinculada a forma e as condições nas quais a ação pode ser realizada. "Em outras palavras, a ação *que*

se realiza responde à tarefa; a tarefa é o objetivo, dado em condições determinadas” (Leontiev, p. 127). Além disso, uma mesma ação pode concretizar diversas atividades.

Destarte, pode-se afirmar que a atividade humana além de ser constituída em modelo processual, como já indicado anteriormente por Marx e Engels (1961), é também formada por unidades que estruturam o seu todo, uma vez que existe a imprescindibilidade da existência de um objeto concreto que também existe, por meio da mediação, em plano subjetivo; de um motivo; das ações (todas elas guiadas pelo mesmo motivo, aquele que também orienta a atividade como um todo); que sofrerá influências do meio social onde se engendra e das produções humanas nesse contexto dispostas e apresentadas.

Todavia, Leontiev (2021, p. 138) denuncia a “segmentação da atividade”, expressa, por exemplo, pelo trabalho alienado em que o homem participa de um processo do qual não se apropria do resultado, desconhece os objetivos, as ações envolvidas e, por vezes, o próprio objeto, sendo esta um tipo de atividade desumanizada na qual se perdem atividades formadoras. Trata-se de uma interpretação e um plano de ação em que a atividade humana é formatada para adequar-se à processos mecânicos, irrefletidos, provocados pelo sistema capitalista de produção e pela divisão de classes sociais.

A segmentação da atividade também pode ser associada ao fato de os profissionais que atuam no SUAS, especificamente Psicólogos/os e Assistentes Sociais serem denominados técnicos de referência. Isto posto, tomando como base a atividade profissional psicológica especificamente (objeto desta tese), o contexto de inserção da Psicologia no SUAS e o objeto da atividade nesse campo, discute-se a definição do termo técnicos de referência e seu reflexo direto e/ou indireto na atividade desempenhada pelo profissional da Psicologia, buscando-se responder primeiramente o que é a Psicologia no SUAS, e na sequência, reunir elementos para elucidar como fazê-la.

No tocante ao reflexo psíquico e sua relação com a formação da consciência e da atividade humana, Leontiev (2021, p. 160) afirma que as imagens sensoriais denotam tal reflexo, uma vez que são constituídas durante os processos da atividade humana, entretanto cada uma dessas imagens adquire um significado, os quais são constitutivos da consciência e refletores da concretude objetal ao sujeito. Este reflexo

ocorre por meio do instrumento da linguagem e das relações estabelecidas a partir da mesma no meio social.

Assim,

(...) a origem da consciência se deve à separação das ações que ocorre no trabalho, cujos resultados cognitivos são abstraídos da totalidade viva da atividade humana e são idealizados na forma de significados linguísticos. Ao se comunicar, os significados linguísticos se tornam patrimônio da consciência dos indivíduos (Leontiev, p. 164-165).

Por conseguinte, tem-se nesse processo, por meio da linguagem, a refração dos objetos e de suas necessidades na consciência. Junto a isso, quando os resultados da formação sócio-histórica são inseridos no reflexo psíquico por intermédio dos significados, desenvolvem-se novas características. Todavia, Leontiev (2021, p. 167) indica que tais significados, no plano concreto, vinculam-se às formações sociais e históricas, já nos processos de atividade e consciência, os significados adquirem sentidos e são subjetivados.

Outrossim, tanto a estrutura como as características gerais da atividade humana não sofrem modificações no decorrer do tempo e da história, ou seja, conservam-se em funcionamento, como já mencionado, sendo desempenhada por ações, vinculada a motivos e geradora de resultados objetivos.

Dessa maneira, Leontiev (2021, p. 170) conclui:

Ocorre que, para o próprio sujeito, a tomada de consciência e a conquista de objetivos concretos, o domínio de meios e operações de ação são modos de afirmação da vida, de satisfação e desenvolvimento de necessidades materiais e espirituais objetivadas e transformadas em motivos da atividade. É indiferente se o sujeito toma ou não consciência dos motivos, se estes são sinalizados na forma de vivências do interesse, do desejo ou da paixão; a função dos motivos, tomada pelo aspecto da consciência, é “avaliar” o significado vital para o sujeito das circunstâncias objetivas e suas ações nessas circunstâncias, eles conferem a elas um sentido pessoal que não coincide diretamente com seu significado objetivo compreendido.

À luz destas compreensões a atividade psicológica no SUAS, bem como sua essência também será delineada a partir dos significados e vivências de cada indivíduo, a começar pelo próprio profissional, assim como receberá influência

daqueles que procuram o serviço, do contexto de inserção do local de atendimento, das condições de trabalho, do modo como todo esse conjunto de elementos compõem os prescritos e orientações teóricas para a atuação no sistema e rede de atendimento. Ou seja: a essência reflete a unidade entre o significado social da prática psicológica profissional e o sentido pessoal de cada pessoa conforme esse serviço.

Outro aspecto fundamental para análise da execução da atividade humana e a composição de seus sentidos, consiste na conjuntura da sociedade de classes, conflitos e lutas ideológicas. Para Leontiev (2021, p. 174), neste íterim, as construções de sentido individuais trazem em sua formação o reflexo dos motivos estabelecidos nas relações sociais, entretanto a correspondência entre estes e os significados que lhes sejam equivalentes nem sempre ocorre, o que ocasiona a vivência de experiências e realidades não compatíveis entre si, esta contradição é que embasa o referido processo.

Logo, a afirmação acerca da possibilidade de não equivalência entre os reflexos estabelecidos nas relações sociais e os sentidos individuais, e a partir disso a vivência de experiências e realidades não compatíveis entre si, é válida tanto para aprofundar a análise sobre a atividade psicológica desempenhada pelos profissionais, por meio da compreensão de que a psicóloga ou psicólogo no SUAS se encontra na condição e necessidade de exercer a função primeva de trabalhadora/trabalhador assalariada/o, tal qual aqueles que procuram pelo atendimento socioassistencial. Quanto a este público, no contexto de situação de vulnerabilidade, a assertiva também é verdadeira, uma vez que as possibilidades de acesso e transformação da realidade individual e coletiva são limitadas, pois são atravessadas e determinadas por condições macroestruturais de organização e produção social, tornando as mudanças almejadas em utopias, justamente pelo fato de a realidade social ser produzida a partir da luta de classes (Marx, 1998).

Em convergência a esta observação, Leontiev (2021, p. 175) infere:

Se o indivíduo, em determinadas circunstâncias de vida, é obrigado a escolher, essa escolha não é entre significados, mas entre posições sociais conflitantes, que se expressam e são reconhecidas por meio desses significados, na esfera das representações ideológicas, esse processo é inevitável e tem um caráter universal na sociedade de classes.

Nesta perspectiva, na vida do homem, liberdade e necessidade se encontram fusionadas entre si: se por um lado as circunstâncias determinam sua vida, por outro, o homem mesmo modifica as circunstâncias.

Discorridas as principais ideias teóricas relacionadas ao conceito de atividade para a Psicologia Histórico Cultural, a sequência textual apresenta as análises elaboradas com base nos manuais I- Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS - edição revisada 2021 -; II- Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – 1ª edição 2013.

5 OS MANUAIS DE REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo destina-se a apresentação dos dois manuais de referência técnica para atuação da/o psicóloga/o na política pública da assistência social elaborados pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública.

Para tanto, a concatenação do conteúdo dos materiais avaliados e do exame dos mesmos foi organizada da seguinte forma: ambos os manuais têm seus tópicos ordenados partindo de uma apresentação, uma introdução e quatro eixos temáticos correspondentes entre si. Assim, para a exposição dos conteúdos são indicados as apresentações, introduções e os pares de eixos temáticos correspondentes que pertencem a cada um dos manuais, seguindo a ordem de apresentação em primeiro lugar do documento de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS e em segundo, do manual de Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

No capítulo subsequente, encaminharam-se as análises com base na leitura dos materiais. É necessário anunciar que tais análises foram direcionadas pelos constructos Finalidade, Objeto e Instrumentos apresentados por Marx (1982) quando este caracteriza os processos de trabalho, bem como por Leontiev (2021) ao desenvolver o conceito de Atividade na Psicologia Histórico Cultural.

Quanto a produção das análises, foram estabelecidos os seguintes critérios: uma vez que ambos os documentos são divididos em quatro eixos, foram espelhados, por similaridade de assuntos, os dois primeiros eixos de cada manual, portanto eixos um e dois do manual de atuação no CRAS e eixos um e dois do manual de atuação no CREAS formando o bloco um, e os eixos três e quatro do manual de atuação no CRAS e os eixos três e quatro do manual de atuação no CREAS formando o bloco dois. Em seguida, após o espelhamento dos blocos agrupados, foram identificadas unidades essenciais mínimas de análise, as quais corresponderam aos constructos Finalidade, Objeto e Instrumento em relação a atividade psicológica, sendo por fim cada uma delas analisada.

Ademais, como será visto no capítulo subsequente, as análises produzidas são comunicadas em primeira pessoa, em forma de narrativa, a fim de promover

concretamente uma aproximação entre a pesquisadora e seu objeto de estudo, sendo também este um aspecto que atende a perspectiva ontológica, no que se refere a indagação permanente e condutora quando se estuda um objeto ou busca-se apreendê-lo e produzir conhecimentos acerca dele: quem é o sujeito do conhecimento? Logo, a pesquisadora é tanto sujeito como objeto do conhecimento.

Doravante, seguem informações de contextualização do funcionamento e organização dos serviços da política pública de assistência social, as apresentações bem como a modificação de pessoa verbal.

Precipuamente, é necessário informar, que o atendimento na política pública de assistência social é classificado em duas categorias de proteção, a saber proteção social básica – PSB – e proteção social especial – PSE -, e distribuídos nessas categorias três níveis conforme a complexidade das demandas, a saber:

- A PSB representada pelos CRAS é a porta de entrada aos serviços e se referem ao primeiro nível de complexidade, em que se realiza o trabalho preventivo à instalação ou agravamento de situações de riscos a vida ou a violação de direitos, além do trabalho de fortalecimento de vínculos das famílias, oferta de atividades que possibilitem a convivência, a viabilização ao acesso e conscientização sobre os direitos civis e ao desenvolvimento de potencialidades;
- A média complexidade que se localiza na categoria da PSE e é representada pelos CREAS. Estes serviços são direcionados ao público que já se encontra em situação de direitos violados, vítimas de violências ou ainda vínculos familiares ou comunitários rompidos, além de contemplar também a população em situação de rua, com o objetivo de que os vínculos sejam reconstruídos bem como os direitos defendidos;
- A alta complexidade, também situada na categoria da PSE consiste nas Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – SAICA - afastados temporariamente da família ou contexto de origem, bem como pelas Instituições de Longa Permanência – ILPIs – que consistem em asilos e Residências Inclusivas, estas últimas voltadas ao acolhimento e moradia de pessoas com deficiência maiores de 18 anos,

que não possuam condições de autossustentar-se ou que não contem com suporte familiar.

Isto posto, seguimos com as exposições dos conteúdos dos documentos.

5.1 Seção de apresentação do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS

A apresentação do manual se inicia com a indicação de que a elaboração de referências técnicas para atuação de psicólogas/os no CRAS correspondeu a uma iniciativa do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP – e que esse prescrito já havia sido publicado, em uma primeira edição no ano de 2008, contudo com o objetivo de atender as demandas da classe profissional por discussões atualizadas sobre o tema, houve uma terceira edição no ano de 2021 (a segunda edição ocorreu em 2010, porém sem alterações no texto, somente no layout).

Além disso, também é ressaltado nesse recorte o fato de os sistemas de conselhos em Psicologia estarem voltados a constante produção de orientações técnicas, uma vez que:

Desde o processo de redemocratização do país a Psicologia tem passado por um processo de ampliação do seu campo de intervenção, o que provoca a categoria a compreender as variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais que afetam a realidade da população brasileira. Compreender como as vulnerabilidades sociais afetam a subjetividade humana, inclusive em seu coletivo, torna-se uma necessidade cotidiana para a categoria (...) (CFP, 2021)

Por fim, o trecho é concluído com o manifesto de intenção de que o documento possa auxiliar estudantes e profissionais no trabalho realizado em CRAS, de modo a incentivar a execução de práticas críticas em posição de horizontalidade.

Precipuamente destaca-se o fato da existência de um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, órgão este organizado pelo Sistema de Conselhos de Psicologia, com o objetivo de orientar ações, produzir conhecimento e promover discussões periódicas que propiciem e construam a atuação da/o

psicóloga/o no âmbito das políticas públicas. Isto demonstra que o exercício da Psicologia no campo social levando-se em consideração as variáveis do mesmo, consiste em realidades por vezes desafiadoras, em que a/o profissional se questiona como realizar a sua prática, ainda que seja habilitado para isso, e em especial, no âmbito da política pública de assistência social onde não somos personagens principais como sujeitos de suposto saber. Esta observação se confirma na indicação acima descrita, contida no manual, de que uma nova edição do referido documento foi lançada em virtude da demanda da categoria.

5.2 Seção de apresentação do manual de Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

A apresentação do referido manual é iniciada pela indicação de que o documento também intenta fornecer subsídios a elaboração de “referência sólida” (CREPOP, 2013, p. 13) para a atuação de psicólogas/os na política pública de assistência social, especificamente no CREAS. Saliento a definição de *referência sólida* como mais um indicador que sugere a busca por delineamentos concretos relativos as práticas da Psicologia no campo da assistência social.

A seção também informa que as orientações e ponderações contidas no manual compreendem os princípios éticos e políticos que direcionam o trabalho psi, com vistas à elaboração de parâmetros comuns, que sejam autenticados por meio da participação dos profissionais em sua construção. E por fim, é reafirmado em um segundo momento sobre o documento ter por efeito uma forma de aproximação da Psicologia com as políticas públicas, o que indica não só a conjuntura histórica de uma recente inserção no campo, assim como de um distanciamento em relação ao mesmo, observações concluídas a partir dos aspectos percorridos ao longo do capítulo II desta tese, o qual acordou o contexto histórico de instituição da Psicologia no Brasil como ciência e profissão, e sua introdução na política pública de assistência social.

5.3 Seção de Introdução do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS

Esta subdivisão é iniciada pela contextualização do momento político, econômico e social em que o manual foi reavaliado e redigido, o qual consistiu no período da pandemia do *Coronavirus disease*, tendo como pano de fundo uma crise política e econômica e a aceleração de processos de invisibilidade, violências e mortes, sobretudo de indivíduos marginalizados. Também no campo das políticas e autarquias públicas se executavam desmontes seriados por meio de privatizações e terceirizações.

Por outro lado, também é demonstrado que a Psicologia como ciência e profissão vem nos últimos anos desempenhando movimentos de articulação entre a sua prática, distribuída nos diferentes espaços em que é ofertada, e as instituições de ensino e formação. Ademais, é salientado que este manual propõe reflexões relativas às políticas públicas em assistência social tendo em vista a democracia, as etapas que a engendraram, as conquistas alcançadas expressas na constituição de 1988, a garantia de direitos e a segurança social.

O conjunto de orientações caminha na direção de destacar que as políticas de Assistência Social estão ligadas a competência estatal de administrar as ausências e fragilidades históricas, que se encontram em sua base fundamental e ressoam até os dias atuais, sendo esta retificação um compromisso de cidadania.

Em relação a atuação psicológica, é apresentada uma leitura desta como um constructo interdisciplinar e transversalizado, e que a Psicologia brasileira tem descoberto novas formas de ser e fazer como ciência e profissão. Assim, a construção de um manual que oriente as ações de psicólogas(os) na Assistência Social está vinculada,

(...) ao modo como construímos atenção e sensibilidade às intersecções entre diferentes marcadores sociais de diferença e de opressão, considerando as questões econômicas de classe social, mas também os modos como gênero, raça e/ou etnia e outros marcadores referentes à diversidade sexual constroem uma sistemática disposição a processos de violência e de violações de direitos no país. (CFP, 2021, p.15)

Isto posto, na sequência é informado que os conteúdos dos quatro eixos contidos no documento, sobretudo dos dois primeiros, convergem para a desmistificação de aspectos naturalizados socialmente, como as definições que acirram a marginalização do diverso e do plural, junto as questões estruturais que culminam em disparidades como os “privilégios da branquitude e da cisheteronormatividade” (CFP, 2021, p. 16).

Outro aspecto mencionado é o lugar de escuta psi que, articulado com outros saberes, direciona a prática, considerando-se para tanto:

(...) uma concepção de Psicologia situada e atenta com aspectos de uma colonialidade que nos atravessa na América Latina, mas também com as dimensões político-sociais que constituem nossas subjetividades e que nos constroem como pessoas e sujeitos que agenciam processos de cuidado e cidadania na relação com os outros (...) (CFP, 2021, p. 18)

Desta maneira, a Psicologia é situada como campo a ser problematizado, e no qual sejam empenhadas ações que promovam transformação, equidade social, qualidade nas práticas e que considere o indivíduo como ser histórico e passível de promover reformas sociais.

O manual indica o CREPOP como ferramenta de suma importância pertencente ao Sistema de Conselhos, uma vez que é o responsável por realizar periodicamente pesquisas, estudos e discussões com o intuito de avaliar, construir e pensar a atuação psicológica no território das políticas públicas. Tais consultas e debates são orientados por marcadores como: “ (...) tradição na atuação da Psicologia; abrangência territorial; existência de marcos lógicos e legais e o caráter social ou emergencial dos serviços prestados” (CFP, 2021, p. 20).

Na sequência é indicada a metodologia de trabalho e ferramentas adotadas para a confecção da terceira edição do presente manual, bem como indicados o perfil dos profissionais que participaram das etapas de consulta pública para a elaboração do mesmo, e que considero importante informar também neste estudo. Assim, dos profissionais participantes a maioria é do sexo feminino (88,5%). Em relação a faixa etária, houve a prevalência de profissionais que se encontram entre 24 e 31 anos (58,7%). Quanto ao tempo de experiência na referida área, a preponderância no período de no máximo quatro anos de atuação (58,3%), sendo a maior parte dos

participantes pertencentes às regiões dos Conselhos Regionais de Psicologia da quarta região de Minas Gerais e sexta região de São Paulo. Por fim, sobre a forma de contratação trabalhista sobressaem os contratos temporários (42,2%) e a faixa salarial que varia de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 reais (44,1%).

No que concerne a forma como tais profissionais concebem a função da/o psicóloga/o na política pública de Assistência Social, foram utilizados termos descritivos como ‘Assistencialista’ e ‘Emancipatória’, o que demonstra a presença de contradições, mas também de um movimento em direção à transformação.

Neste interim, relativo à nomeação das atribuições psicológicas, a consulta demonstrou que embora haja uma parcela de profissionais que já discorram com apropriação acerca desta noção, ainda “(...) em sua maioria, as falas dos participantes estão relacionadas com um desconhecimento das possibilidades dessa atuação. Chega-se a questionar, inclusive, se há lugar para a Psicologia nesse espaço” (CREPOP, 2021, p. 23). Conforme o manual, os profissionais ainda afirmaram que a atuação da Psicologia no campo da política pública de Assistência Social trata-se de uma prática em construção, e que necessita de uma demarcação que a diferencie das demais práticas profissionais realizadas nessa área.

Portanto, é evidenciada a primordialidade de se introduzir e discutir o conceito da clínica ampliada, salientando o que conecta a clínica e o social, além de ser atribuída a leitura de que:

(...) esse processo gradativo da transição de uma política assistencialista para uma política de direitos é também atravessado pelo processo histórico da Psicologia, no qual a profissão também passa por um processo de transição de uma perspectiva predominantemente clínica, individual e elitista para a produção e apropriação de teorias e metodologias direcionadas também às coletividades” (CFP, p. 24).

Em seguida são recuperados alguns acontecimentos históricos que configuraram a constituição da Assistência Social no Brasil, como a criação do LOAS e da PNAS (já contemplados no capítulo anterior) e citado o documento de *Tipificação de serviços socioassistenciais* (Brasil, 2009), o qual indica que o CRAS pertence ao nível de abrangência da proteção social básica, e a esta compete a oferta dos referidos serviços: 1- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2-

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e 3- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosas. Desta forma, conclui que é papel da Psicologia desempenhar a proteção, sendo esta última definida pela constituição, em assegurar os direitos sociais básicos aos indivíduos.

5.4 Seção de Introdução do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CREAS

Também a seção de introdução do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) no CREAS é iniciada com a explanação acerca do trabalho e objetivos do CREPOP, definidos de maneira geral neste documento pela possibilidade de verificar a atuação e protagonismo social da Psicologia no campo das políticas públicas, a fim de produzir orientações, discussões e saberes qualificados.

Ademais, a construção dessas diretrizes visa à classe profissional a indicação de princípios pautados pela ética e a democracia e o reconhecimento do cidadão como sujeito de direitos.

O manual segue pontuando a diferenciação entre os níveis de proteção de atendimento – PSB e PSE – já abordados anteriormente nesta tese, e caracteriza o CREAS como unidade que oferta serviços especializados a indivíduos, famílias e coletivos que se encontrem em risco social ou pessoal devido a violação de direitos. É de responsabilidade da coordenação da unidade a organização da equipe, das iniciativas de trabalho e a articulação com os demais serviços da rede de proteção socioassistencial e demais serviços da rede pública e privada. A definição dos serviços realizados no CREAS se dá por: 1- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 2- Serviço Especializado em Abordagem Social; 3- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Por fim, é exposta a metodologia utilizada pelo CREPOP durante os estudos, pesquisas e consultas que forneceram bases ao manual, sendo que a demanda pela elaboração de um copilado de orientações para a prática psicológica no CREAS

emergiu após a o documento de orientação para atuação de psicólogas/os no CRAS, em 2008.

Quanto ao perfil profissional dos participantes dos estudos que fundamentaram este documento no ano de 2013, houve preponderância de mulheres (88,1%) que se declararam brancas (66,4%), na faixa etária de vinte e três a trinta e um anos (54%). Destas 54,4% apresentavam pós-graduação e 31% experiência na área a menos de dois anos. Sobre o vínculo empregatício este se configurava em 92% por contrato, e em 52,2% recebendo como salário valores até R\$ 2.000,00 reais.

5.5 Eixo 1 – Dimensão Ético Política da Psicologia na Assistência Social - manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS

Este eixo é introduzido a partir da dissertação acerca de um “mosaico” de práticas direcionadas a coletivos que historicamente foram e vem sendo coibidos em seus direitos fundamentais, sendo, portanto, vítimas de expressivas desigualdades sociais diretamente relacionadas a questão e território, moradia, marcadores étnico-raciais, gênero entre outros aspectos.

Assim, as práticas psicológicas na política pública de Assistência Social têm por objetivo unir teoria e prática, pautadas em um projeto ético-político, em que ético se relaciona a autopercepção no mundo como um agente de transformação social visando o bem estar tanto individual como coletivo, enquanto o político está relacionado a adoção de leitura crítica dos núcleos eleitos como verdades ao longo da história da formação social.

A seguir, serão pontuados os principais aspectos abordados neste bloco, os quais dão contorno à compreensão, discussão e formação daquilo que pautado pela ética, deve direcionar as práticas psicológicas no campo da política pública de assistência social, no nível de proteção social básica:

- Ocorrência de afetação mútua entre os profissionais e as pessoas que são contempladas com as atividades durante a construção e execução das práticas;
- Sugestão de uma ética de cuidado, concebida nas relações diárias do serviço;
- Abrangência da ética do cuidado ao reconhecimento das diferenças e inclusão de singularidades relacionadas a questão de gênero, etnia e raça ainda não incluídas

na política pública de Assistência Social, embora esta seja denominada 'para todas as pessoas que dela precisarem';

- Ampliação do conceito de família, uma vez que nos prescritos da política pública de Assistência Social não existem referências a núcleos não heteronormativos, ainda que haja a alusão de famílias em que mulheres são o arrimo, contudo conforme o padrão mencionado, heteronormativo;

- Recente circulação da noção de acesso, apropriação e promoção de direitos, uma vez que esta ideia vem sendo efetivada há cerca de trinta e seis anos com a constituição de 1988, e incluída nesta última através da organização e luta de movimentos sociais, visando questões sociais;

- Conservação do Estado na posição de governar a população, determinar formas de existir e subjetivar, contudo, nos últimos trinta anos com o dever de garantir direitos humanos;

- Complexidade na definição de pobreza, tanto ligada a questões materiais e de subsistência (alimentação, higiene, moradia, transporte) como a aspectos imateriais no que se refere a negação ou rompimento de acesso e vínculos;

- Relação econômica de primazia entre estado e empresas capitalistas, em detrimento da transformação do indivíduo em situação de vulnerabilidade em sujeito de direitos, tendo para tanto o direito ao trabalho como possibilidade efetivada;

- Ocorrência de um frequente processo de desfiliação (Castel, 1998) em que há a concomitância entre a precária condição de trabalho e a fragilização da referência social, beirando ao demérito e propiciando a situação de vulnerabilidade;

- Consideração de populações que durante longo período foram invisibilizadas além de historicamente violadas ou desfavorecidas no país, sendo este reflexo perpetuado desde a colonização (comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganas);

- Existência de ataques ao sistema de direitos e seguridade social;

- Contextualização da lógica neoliberal que inclui a pobreza em seu plano estrutural, a fim de impelir parcelas da população a condições sub-humanas, com o apoio do estado que se ausenta nesta circunstância;

- Deferência da comunidade ou território, para além de *locus*, também instrumento para execução as práticas no SUAS;

- Responsabilização do estado como provedor, protetor e defensor de direitos humanos e o princípio democrático da laicidade que inclui o plural religioso, moral, cultural e social;
- Atuação da Psicologia voltada a comunidade, concernente com suas demandas, descentralizada e articulada com ações desenvolvidas junto a rede intersetorial;
- Acolhimento, Escuta Qualificada e Identificação de Potencialidades e não somente de Fragilidades como práticas a serem adotadas pela/o psicóloga/o, atravessados por problematizações das questões e composições sociais, além de sua diversidade.

5.6 Eixo 1 – Dimensão Ético-Política para a Prática das(os) Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS

Em semelhança a elaboração do eixo um pertencente ao manual de atuação da/o psicóloga/o no CRAS, o eixo um deste manual também referencia a posição ética e política a ser adotada pelo profissional Psi.

Para tanto, também propõe uma contextualização da Assistência Social no Brasil, cujo as ações classificadas como pertencentes a este campo já podiam ser identificadas desde o período colonial, ainda que atravessadas por valores morais e religiosos e associada à filantropia e ao assistencialismo, como anteriormente visto no capítulo dois desta tese.

São também recuperados os marcos legais da Constituição de 1988 que torna a Assistência Social política pública; a LOAS em 1993 que organiza as diretrizes da política e nomeia os direitos por ela assegurados e o SUAS em 2004, que institui o sistema único de Assistência Social, bem como é evidenciada a importância de a/o psicóloga/o atuante neste campo de serviço ter conhecimento dos marcos e documentos que delinearam a política nacional de Assistência Social, a fim de compreenderem e considerarem o contexto histórico, social e demais atravessamentos tanto da política pública como também e principalmente do público atendido.

De igual maneira é ponderado que alguns fenômenos sociais como direitos violados, situações de violência, rompimento de vínculos entre outros, os quais

compõem as realidades do público atendido no CREAS, não são exclusividade da população mais empobrecida, uma vez que atravessam todas as classes sociais.

Ademais, a forma de acesso das demandas ao CREAS pode ocorrer por meio de encaminhamentos de conselho tutelar, instância judiciária, denúncia, ato infracional ou busca ativa. O CREAS é ainda apresentado como uma das instituições que formam o Sistema de Garantia de Direitos – SGD – ao lado de conselhos de direitos e de setor, defensoria pública, conselho tutelar, ouvidoria, órgãos judiciais.

Neste interim, são pontuadas como ações que compõe a prática profissional da/o psicóloga/o no nível da proteção social especial de nível médio (CREAS), pautada por uma posição ética política:

- Conscientização acerca do posicionamento ético-político da própria prática, uma vez que a neutralidade seja uma máxima já desconstruída e invalidada, segundo os estudos e discussões realizados nos diversos Sistemas de Conselhos de Psicologia;
- Leitura crítica da realidade, situações e condições;
- Promoção da defesa social e institucional e do direito à cidadania;
- Atualização e reavaliação periódica das próprias condutas e posicionamentos;
- Observância do sigilo dos atendimentos, informações sobre os casos e compartilhamento de forma ética com outros profissionais de interesse, quando necessário;
- Acolhimento;
- Compreensão de que o atendimento psicossocial possui efeito terapêutico quando envolve a escuta qualificada e contextualizada;
- Proposição de grupos psicossociais com famílias, jovens, parcerias com instituições culturais ou de ensino, encaminhamento para espaços que promovam formas de socialização, incentivo para a retomada de direitos básicos outrora perdidos ou retirados, como o direito a educação, visitas domiciliares e elaboração e fluxos de encaminhamento;
- Liberdade para criar ou inovar ações de acordo com as necessidades de cada situação e contexto.

5.7 Eixo 2 – Aproximações entre a Psicologia e o Sistema de Proteção Social segundo a Constituição de Federal de 1988 - manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS

Assim como enunciado no título, o conteúdo do eixo dois do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS visa à tecitura de elementos que aproximem a Psicologia e o Sistema de Proteção Social Brasileiro, o qual pela integração das políticas públicas de previdência social, saúde e assistência social, firmou direitos fundamentais ao exercício de cidadania.

Para tanto, ressalta-se como principais aspectos abordados no eixo, ainda não mencionados ou percorridos anteriormente:

- Os principais objetivos do SUAS de acordo com a lei nº 12.435 são o sistema a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos (Brasil, 2011);
- Com base na PNAS (Brasil, 2004) ampliação sobre os conceitos de vulnerabilidade e risco, em que: Vulnerabilidade advém de cenários de privação, pobreza, exclusão do mercado de trabalho, debilidade de vínculos socioafetivos por discriminação étnica, etária, por deficiência, sexualidade, gênero, relações de poder. Portanto, envolve uma compreensão ampliada, em que se observa a forma de relação do sujeito na sociedade. Ademais, a vulnerabilidade trata-se de um estado, e não de uma determinação permanente. (Bronzo, 2008). Já o risco pode estar atrelado a diferentes fatores como a cultura, o espaço social, as relações políticas, o psicológico;
- Importância de políticas públicas efetivas para o enfrentamento e superação de situações de vulnerabilidade e risco;
- Ampliação da concepção de vínculo, a qual conforme a PNAS (2004) está ligada a seguridade de três necessidades básicas: sobrevivência, acolhida e convívio familiar. Sobrevivência refere-se ter o material para o próprio sustento; acolhida é relacionada ao atendimento de provisões, acesso ou encaminhamento a outros serviços; e convívio familiar como demanda uma vez que é nas relações sociais e entre pares que o sujeito se desenvolve cognitiva e emocionalmente, além de sua formação identitária que também se dá nesse plano;
- Defesa de uma cidadania que promova a emancipação do sujeito, incentivada a partir da participação e controle social de políticas públicas e a consequente seguridade de direitos;

- Interdisciplinaridade no trabalho, compreensão e leitura da formação, manutenção e reparação de vínculos;
- Modificação no texto da NOB-RH/2006 (Brasil, 2006) que em sua atualização na NOB-RH/2011 (Brasil, 2011) prevê, respectivamente, de preferencial para obrigatória a existência de assistentes sociais e psicólogos/os na composição das equipes multidisciplinares do SUAS;
- Descentralização da política pública de forma que o município ofereça condições mínimas necessárias para o trabalho das equipes dos CRAS, em consonância com as demandas e singularidades de cada região e população;
- Promoção de protagonismo social;
- Localização do Estado como o principal assegurador de direitos e apoiador das famílias em suas funções protetivas por meio de políticas públicas;
- Compreensão de família como instituição social, cultural e política, espaço de convivência e do estabelecimento de afetos (Brasil, 2004);
- Questionamento das implicações da vulnerabilidade à dinâmica familiar;
- Recuperação das seis dimensões que fornecem parâmetro ao trabalho de proteção social, a saber matricialidade sociofamiliar, interdisciplinaridade, intersetorialidade, territorialização, participação e vigilância socioassistencial;
- Identificação do papel sociológico e político da família para a proteção social em relação com o Estado, e devido a isto, a eleição da mesma como principal dispositivo para a elaboração de serviços e ações em políticas públicas;
- Necessidade de ampliação do conceito de família, observação das singularidades e configurações que fogem aos padrões historicamente estabelecidos e assistência em prestação de serviços em políticas públicas para que as famílias não fiquem desassistidas e ainda mais expostas à violação de direitos iniciada entre os próprios membros;
- Eleição da interdisciplinaridade como dinâmica e possibilidade de organização para a leitura de fenômenos complexos como as situações de vulnerabilidade e a pobreza, uma vez que envolve diferentes áreas do conhecimento, juntando prática e teoria;
- Conceito de intersetorialidade como um conjunto de ações integradas provenientes de diversos setores da rede atendimento socioassistencial a fim de superar ou prevenir vulnerabilidades e riscos e de ampliar a eficácia da função

protetiva, sendo fundamental o conhecimento dos serviços que formam a rede, o mapeamento do território e diálogo;

- Articulação dos níveis de proteção social, ou seja, PSB e PSE por: 1- referência (quando a demanda vai da proteção básica para a média complexidade) e 2- contrarreferência (quando a família ou sujeito é encaminhado da média complexidade para a proteção básica, com fins de prevenir novos rompimentos, violações e para fortalecimento de vínculos e potencialidades);

- Noção de território como um espaço vivo, que extrapola a definição geográfica, composto diretamente pelos domínios sociais, econômicos, culturais e psicológicos daqueles que ali vivem, bem como é o espaço onde são estabelecidas as relações sociais, onde são construídos os afetos e onde se dão a maior parte dos processos de subjetivação. Nele é possível identificar tanto as vulnerabilidades de comunidades, coletivos e indivíduos, assim como seus recursos potenciais;

- Concepção da participação e protagonismo social a partir da presença e atuação direta da população na elaboração, efetivação e controle das ações em todos os níveis da política pública, viabilizando-se para tanto espaços e meios (conselhos, conferências, assembleias, associações);

- Atribuições dos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS – de promover iniciativas de formação para líderes comunitários e usuárias/os, e as/aos trabalhadoras/es do SUAS, sobretudo psicólogas/os por ferramentas dialógicas, o incentivo as/aos usuárias/os na efetiva compreensão e apropriação dos espaços e a oferta de condições equânimes de participação;

- Função da vigilância socioassistencial na identificação e sistematização das demandas, produzindo estudos, pesquisas, indicadores relacionados a situação de vulnerabilidade e risco pessoal em território, com o objetivo de construir ações preventivas, planos de ação e avaliações.

5.8 Eixo 2 – Psicologia e a Política de Assistência Social - manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CREAS

A segunda seção do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CREAS traz como objetivo principal abordar a relação entre a

Psicologia e a política pública de Assistência Social, partindo da ideia do compromisso psi com a garantia de direitos.

Tão logo, é indicado um dado referente ao estudo que deu origem ao referido manual, em que 83,9% das psicólogas/os participantes da pesquisa definiram sua principal atividade profissional situada em serviços pertencentes a política pública, referência esta que já indicava no período da publicação do documento (2013) uma mudança no perfil profissional da Psicologia, sendo esta ciência caracterizada em sua história, durante longo período, por características elitistas e de atuação apartada da identificação e consideração de fenômenos sociais.

Destacam-se os seguintes aspectos contemplados no eixo e que ainda não forma recuperadas nesta sequência expositiva:

- Reflexão do significado do termo 'público' como âmbito ou objeto pertencente aos sujeitos e não afastados ou destituídos dos mesmos;
- Necessidade de participação de psicólogas e psicólogos em espaços de regulamentação das políticas públicas;
- Queixa profissional relativa a não delimitação assertiva quanto a prática psicológica no CREAS;
- Funções não especificadas entre profissionais da Psicologia e do Serviço Social pelas orientações técnicas sobre o serviço do CREAS;
- Inferência de que cada profissional, ainda que com formações diferentes, direciona uma mesma função segundo saberes e metodologias de sua formação;
- Característica de perfil profissional liberal e elitista da Psicologia como reflexo da dinâmica de funcionamento do período da ditadura militar, sendo a clínica tradicional e privada, por meio da psicoterapia, a prática psi ainda mais aceita e atribuída à profissão, tanto em senso comum como em visão profissional;
- Público atendido no CREAS deve ser acolhido a partir de uma leitura do profissional que considere a amplitude das relações e atravessadores sociais que compõem a sua situação de vulnerabilidade ou violação de direitos, bem como considerar-se a visão que o próprio sujeito tem de si e de seu contexto.

5.9 Eixo 3 – Atuação do Psicólogo na Proteção Social Básica da PNAS

O eixo três do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS trata mais diretamente da atividade psicológica na PSB, em relação ao trabalho com famílias. Assim, destacam-se as seguintes descrições acerca do trabalho a ser realizado na PSB e a participação da/o psicóloga/o:

- PSB tem a função de prevenir situações de risco social, proteger as famílias em situação de vulnerabilidade e ativar as potencialidades dos indivíduos ou de coletivos, por meio da informação, orientação e viabilização de acesso a direitos;

- O CRAS atende famílias que residam na região ou abrangência de seu território de atendimento. O perfil de famílias atendidas nesta unidade trata-se de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou outros benefícios assistenciais, famílias ainda não contempladas com os programas, mas que atendam aos critérios de elegibilidade, famílias, sobretudo as que possuem pessoa com deficiência ou pessoa idosa em circunstância de vulnerabilidade;

- O trabalho de acompanhamento com as famílias (PAIF) possui caráter continuado, e é realizado pela equipe profissional de referência da unidade e pela coordenação a gestão e articulação com o território em seus demais equipamentos e população;

- A função do CRAS é assegurar ao usuário o acesso à renda, programas e serviços realizados na unidade;

- Incentivo e respeito às famílias acompanhadas em suas potencialidades, a fim de superar dificuldades e se desenvolverem em suas competências;

- O PAIF tem como objetivo fortalecer a função protetiva da família, prevenir rompimento de vínculos e propiciar o acesso a direitos;

- As famílias acessam o CRAS por encaminhamentos de outros serviços, por demanda espontânea ou busca ativa;

- O protocolo de atendimento no CRAS inclui: recepção, acolhimento (individual ou em grupo) e atividades coletivas que podem ser grupais, como oficinas com famílias ou coletivas (campanhas, palestras, grupos itinerantes);

- O SCFV se dá por meio de oficinas, podendo ser desenvolvido por um/uma educador/a social e um profissional de nível superior do CRAS, sendo este último responsável por acompanhar, planejar e orientar as ações de acordo com as

demandas identificadas e que emergem no grupo. As famílias participantes do SCFV podem ser encaminhadas ao PAIF, assim como famílias acompanhadas pelo PAIF podem ser encaminhadas aos SCFV e os encontros visam ações intergeracionais e a formação de grupos heterogêneos;

- Oferta de serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas, como o PAIF e o próprio SCFV;

- Prestação de ações sócio emergenciais que incluem: benefícios emergenciais em situações temporárias para prevenir ou atender situações provisórias de vulnerabilidade que envolvam nascimento, morte, calamidade por exemplo;

- Viabilização de acesso a outros programas ou benefícios sociais sendo os principais o benefício de prestação continuada – BPC – voltado a idosos acima de 65 ou pessoas com deficiência cujo a renda per capita familiar seja inferior a um quarto de salário mínimo e que estejam inscritos no Cadastro Único – CAD ÚNICO - e o programa Bolsa Família (benefício cujo os objetivos são complementar a renda familiar em situações de superação de pobreza e extrema pobreza, além de superar situações de desigualdade e disparidade, tendo como condicionalidade a matrícula e frequência escolar regular de crianças e adolescentes de sete a dezessete anos que pertençam a famílias beneficiárias do programa, pré-natal de gestantes beneficiárias, acompanhamento nutricional e de vacinas em crianças e adolescentes de sete a dezessete anos);

- Acompanhamento das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades de saúde e educação do programa bolsa família;

- Proposição de metodologias de trabalho com as famílias que despertem processos reflexivos, que promovam a problematização de temas e realidades do cotidiano e a socialização de informações;

- Sugestão da participação da psicóloga ou psicólogo no momento da acolhida, em dupla com o profissional de Serviço Social, com vistas à possibilidade de escuta qualificada;

- Encaminhamento de famílias ou indivíduos a outros serviços da rede socioassistencial de atendimento e intersetorial;

- Promoção de ações comunitárias em território por meio de palestras, campanhas ou eventos;

- Realização de visitas domiciliares a famílias acompanhadas ou efetivar busca ativa;
- Característica de atuação interdisciplinar da equipe multiprofissional, sem a divisão de atribuições dos profissionais, a fim de superar noção tecnicista que dividem e fragmentam funções;
- Emissão de documentos como registros em prontuários ou elaboração de relatórios informativos podem ser realizados individual ou de maneira conjunta com a equipe multiprofissional, respeitando-se a ética e as competências de cada área de atuação e saber;
- Necessidade de educação permanente para as equipes multiprofissionais da política pública de Assistência Social.

5.10 Eixo 3 – Atuação da(o) Psicóloga(o) no CREAS

De maneira similar ao que fora apresentado no eixo anterior, também o terceiro eixo do manual de Referências Técnicas para Atuação da/o Psicóloga/o no CREAS tem por objetivo produzir reflexões acerca da atuação Psi no CREAS e seus desafios.

Neste recorte são destacados:

- A centralidade das ações nas famílias e em território;
- Lugar a ser assumido pela psicóloga ou psicólogo como facilitadora/o de espaços que fomentem alternativas individuais ou coletivas frente a situações de risco, vulnerabilidade ou violação;
- Compromisso ético da escuta qualificada, de modo que esta seja ampliada ao contexto e crítica;
- No CREAS os serviços prestados às famílias são classificados como ações do PAEFI, sendo as principais ações: acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços, elaboração de plano individual /ou familiar de acompanhamento, orientação, atendimento, entrevista, referência e contrarreferência, visita domiciliar, de acesso a direitos, fortalecimento da função protetiva familiar, ações em grupos, apoio a documentação pessoal, articulação com a rede de serviços, desenvolvimento de relatórios informativos e alimentação de

informações de atendimento em prontuários, reuniões de equipe e pra discussão de casos.

5.11 Eixo 4 – Gestão do Trabalho e o SUAS – manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS

A quarta e última seção do manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS discorre sobre a gestão de trabalho na política pública de Assistência Social e sua direta vinculação com a atividade profissional executada na mesma por suas trabalhadoras e seus trabalhadores, e as implicações que um gerenciamento engajado, crítico e horizontal pode acarretar para a construção e fortalecimento da política pública, dos serviços nela oferecidos e a sua população atendida.

Com esse propósito, são apresentados os seguintes pontos:

- Os aspectos de gerência e relações de trabalho no SUAS são contemplados em legislação própria da referida política pública (Brasil 2011a) demonstrando sua relevância para a execução das ações que visam garantir, proteger, incentivar, propiciar, facilitar e transformar;
- Necessidade de investimento financeiro em iniciativas de educação permanente com frequência regular para equipes do SUAS;
- Cenário de precarização do trabalho, reforma trabalhista não condizente com as demandas e realidade da população, fatos que afetam todos os que se enquadram na condição de trabalhadores assalariados, sejam as trabalhadoras e os trabalhadores da política de Assistência Social, sejam as usuárias e usuários do serviço que muitas vezes se encontram fora do mercado de trabalho formal;
- Incentivo da gestão de mobilizar e instrumentalizar as trabalhadoras e trabalhadores para serem representantes e defensores ativos nos processos de implementação da política pública;
- Destaque da valorização dos recursos humanos no que se refere a qualificação continuada, presente em diversos documentos oficiais da política de Assistência Social como a LOAS/93, NOB/SUAS, SUAS/2004. Compreende-se que a qualidade dos serviços ofertados se relaciona às condições de trabalho e valorização profissional;

- Qualificação dos serviços identificada com base na iniciativa de constituição de cargos efetivos para os profissionais com qualificação acadêmica, por meio de concurso público;

- Presença de processos que envolvem avanços em liberação orçamentária, por outro lado seguidos de iniciativas de desmontes e cortes destinados a política pública de Assistência Social, implicando diretamente na contratação de profissionais, nas condições de trabalho daqueles que se encontram ativos e na qualidade dos serviços executados;

- Configuração do cenário trabalhista nacional e mundial marcado por crises econômicas e ações governamentais excludentes, que não proporcionam e até mesmo impedem o acesso ao trabalho, alinhadas aos princípios da divisão de classes sociais e o privilégio dos mais ricos economicamente no acesso aos bens e possibilidades;

- Observância atual ao modelo neoliberal de produção, que focaliza a privatização e depõe do estado o encargo na organização de base econômica e social;

- Dados publicados pelo Censo SUAS 2017 indicaram que as equipes que compõe os diversos equipamentos desse sistema ainda trabalham majoritariamente com a equipe mínimo determinada;

- Dados publicados pelo Censo SUAS 2019 revelaram que a gestão de trabalho não ocupa local de prioridade no que tange investimentos governamentais traduzidos na realidade de que mais 80% das trabalhadoras e trabalhadores não possuem plano cargos, carreiras e salários – PCCS – e 86% não tem plano de educação permanente, somado ao dado de que a maior parte dos vínculos de trabalho configuram relações de contrato, sendo somente 5,1% servidores concursados. Além disso, também indicam que o número de psicólogas e psicólogos presentes no SUAS encontra-se consideravelmente abaixo em relação do número de Assistentes Sociais contratados;

- Reflexão acerca da precariedade e exploração do trabalho, não valorização e ausência de incentivo ao desenvolvimento profissional, implicações destas na qualidade de vida, saúde física e mental e sofrimento ético político devido ao sentimento de impotência diante das dificuldades em mobilizar efetivas transformações;

- Fundamentalidade acerca da participação das trabalhadoras e trabalhadores da política pública nos espaços de representação como fóruns de trabalhadores, sindicatos, conselhos de classe e de direitos;

- Durante o período pandêmico, reificação da desvalorização profissional bem como de sua atividade diante da não indicação do serviço como essencial, apesar de o mesmo ter funcionado habitualmente, e, por consequência, ter exposto a longo prazo, sem equipamentos de proteção individual – EPI - ou quaisquer aparatos de suporte incluindo a prioridade de acesso a vacina, os profissionais do SUAS que atuaram em linha de frente.

5.12 Eixo 4 – Gestão do Trabalho na Política de Assistência Social – manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CREAS

O quarto e último eixo elencado no manual de Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CREAS interpela as relações e os processos de trabalho como condições favoráveis ou desfavoráveis para a execução da política pública de Assistência Social, ressaltando a participação da psicóloga e do psicólogo na constituição, defesa e implementação de prescritos legais que contemplam a gestão do trabalho no SUAS. Sabe-se que historicamente o conhecimento técnico-político-ético foi dispensado nas ações que envolviam a seguridade social, de maneira especial a Assistência Social, e que foi através de movimentos, mobilizações, lutas e objetivação científica que essa realidade começou a ser transformada.

Assim:

- São recuperados os marcos legais dessa política pública que trazem artigos e parágrafos relativos ao investimento em recursos humanos por meio de formação permanente, valorização de trabalho, planos de cargos, carreiras e salários;

- A atividade de psicólogas e psicólogos no CREAS, e, portanto, especializada, pleiteia a ampliação de compreensões referentes a heterogeneidade e complexidade das violações de direitos, violências e riscos sociais aos quais os indivíduos estão expostos. Assim, a postura politizada e que ocupa lugares de representação possui maiores possibilidades de formulação argumentativa sob o ponto de vista de seu saber específico, contribuindo para a leitura da realidade social e da elucidação de demandas de forma contextualizada;

- A pesquisa que deu origem ao referido manual, demonstrou, à época, o acréscimo de 75% de novos CREAS no Brasil, e a ampliação da inclusão de psicólogas e psicólogos nessas unidades, representada no indicador de 70%;

- Realidades das relações e condições trabalho caracterizadas como precárias, expressas na maior parte dos vínculos não estatutários, o que corrobora para a rotatividade de profissionais e entraves no estabelecimento e manutenção dos vínculos com o território, com a comunidade, famílias e indivíduos;

- Presença de acúmulo de incumbências e desvio de funções exercidas principalmente por psicólogas e psicólogos no CREAS, em atendimento a demandas do poder judiciário, conselho tutelar, saúde e educação, devido a insuficiência ou ausência de intersetorialidade e ao desconhecimento da política pública, o que contribui para o não conhecimento e indiferenciação das atribuições dos profissionais;

- Existência de um Plano de Lutas aprovado no ano de 2012 no Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS – FNTSUAS – o qual solicita o combate aos processos de precarização do trabalho e a defesa dos direitos socioassistenciais das usuárias e usuários da política pública de Assistência Social, considerando os profissionais diretamente envolvidos nessa causa, portanto as trabalhadoras e trabalhadores do SUAS;

- Preceitos do SUAS decorrem em sentido contrário aos princípios neoliberais vigentes, que mitigam a participação do estado e avançam nas terceirizações dos setores produtivos, econômicos e de prestação de serviços de pertencimento público;

- Necessidade de apropriação por parte da rede socioassistencial e demais setores acerca da função do CREAS, bem como o estabelecimento da intersetorialidade que ultrapassa a mera ação de encaminhamentos e dos objetivos a serem alcançados nos planos de trabalho e ações;

- Desassociação do CREAS como assessor do poder judiciário e conselho tutelar na elaboração de documentos, em especial nas condições de psicólogas e psicólogos laudos e relatórios psicológicos, não sendo esta nem a função do profissional psi alocado no CREAS, tampouco atribuição deste equipamento conforme os documentos e tipificações legais da PNAS;

- Estabelecimento de rotinas de trabalho com o objetivo de organização e otimização do tempo e de recursos.

6 FINALIDADE, OBJETO E INSTRUMENTO: OS TRAÇOS ESSENCIAIS DA ATIVIDADE PSICOLÓGICA NO SUAS SEGUNDO PRESCRITOS DA PSICOLOGIA

A partir de uma perspectiva ontológica, baseada em pressupostos da Psicologia Histórico-cultural, o presente capítulo é destinado à análise do material explorado nesta tese, ou seja, os dois manuais de referências técnicas para atuação da/o psicóloga/o na política pública da assistência social.

Com base no texto até então percorrido, a começar pela minha introdução, apresentação dos meus objetivos profissionais e acadêmicos, meus sentidos individuais e coletivos, bem como a apresentação do embasamento teórico e metodológico no qual me apoio para pensar os elementos principais da minha tese, a saber a ontologia do ser social, o Materialismo Histórico e Dialético e a Psicologia Histórico Cultural, dos constituintes históricos que caracterizaram a instituição da Psicologia no Brasil como ciência e profissão e também da recente emergência de políticas públicas nacionais, dentre as quais a política pública de assistência social, me proponho agora a analisar e concatenar o conteúdo até então exposto aos meus objetivos de estudo.

Seguindo o pressuposto da ontologia do ser social, como visto no capítulo I, é necessário conhecer o objeto, para depois sistematizá-lo. Assim, introduzo o questionamento sobre quem é a psicóloga e o psicólogo no SUAS? Observamos no capítulo II elementos que fornecem o contorno histórico, e, portanto, contemplam a historicidade necessária para a leitura da constituição desse profissional.

A Psicologia se faz presente no país desde o período colonial, sendo diretamente atrelada nesse período a questões morais, e desempenhada por figuras religiosas, de acordo com o contexto de colonização e captura de corpos e comportamentos. Posteriormente, após pouco mais de quatro séculos, no início do século XX, já em contexto de reconhecimento científico e profissional, esteve vinculada, ao lado da medicina e da educação, a práticas voltadas a regulação e avaliação da aprendizagem infantil, sempre alinhada à elite, tendo nela seu público de atenção, reificou ideias racistas, de segregação, aniquilamento de matrizes étnicas e raciais.

Atendendo as demandas de seu público e de Estado, lançou mão de instrumentos como experimentos laboratoriais, testes psicométricos e da prática fundamentalmente clínica para avaliar, categorizar e laudar de acordo com os interesses sociais e econômicos da classe dominante, de modo que estas atividades permaneceram durante a vivência do Golpe Militar de estado, a partir de 1964.

Contudo, tal movimento construído na história da ciência psicológica dá-se em pano de fundo de um movimento dialético regente e contínuo, e que portanto continuava a acontecer, assim como ainda acontece nesse momento. Assim como também visto, este é formado por contradições que garantem o seu movimento. Deste modo, após longos períodos de opressão, violações de bens materiais e imateriais, assim como de vidas, na década de 1970 insurgem movimentos sociais a partir da união e identificação de comunidades, trabalhadores desta classe profissional e de outras, estudantes, dentre outras representações. Estes movimentos são fortalecidos também pelo contexto internacional onde ganham força movimentos políticos de democratização de alguns países, de forma que essa possibilidade também se concretiza na segunda metade da década de 1980 no Brasil.

A partir de então, com os marcos legais que instituíram a Assistência Social no Brasil como um dos pilares da seguridade social, como política pública e detentora de um sistema único, mais recentemente, no início dos anos 2000, abre possibilidades para uma leitura que possibilita pensar sobre quem é este profissional no SUAS do singular ao universal.

Assim, em seu aspecto singular, a psicóloga ou psicólogo no SUAS se caracteriza como uma/um profissional requisitada/o como fundamental para a execução desta política pública, devido ao fato de ela/ele ter adquirido reconhecimento científico e profissional, de modo que lhe é conferida a sapiência em abordar temas e teorias referentes a subjetividade e processos de subjetivação. Estes últimos, são elencados nos prescritos legais da política pública de Assistência Social como fundamentais para o estabelecimento de outros processos sociais como de autonomia, apropriação de direitos e saberes e a iniciativa de buscar e assumir ações de protagonismo que visam a garantia de direitos e o acesso aos mesmos.

Recorro novamente à ideia da presença de elementos que se distinguem e fazem parte de uma unidade, associo a trajetória histórica da Psicologia no país, sobretudo como profissão, de modo que, como ciência e profissão, ora assumiu com

austeridade posturas classistas e segregacionistas em suas elaborações e atendimentos, ora repensa e refaz suas práticas, a partir da observância de um código de ética profissional já consolidado e de seu acompanhamento e construção por Conselhos oficiais, que promovem encontros de discussão, compartilhamento e construções teóricas e práticas, além de possuírem a função de fiscalização de execução da profissão, ainda que não representem ou detenham a verdade absoluta e sejam passíveis igualmente de questionamentos.

Por conseguinte, observar quem é a/o psicóloga/o em sua universalidade situada/o no SUAS, extrapola contornos de especificação. Chego a esta conclusão pautada em dois argumentos: em primeiro lugar, ser definida/o pela política pública como uma/um 'trabalhora/trabalhador' do SUAS, refere-se, neste momento inicial de consolidação dela, a uma necessidade primeira e substancial de se apropriar, de traduzir, de executar, de defender e garantir a concretização dessa política, independentemente da área de formação acadêmica.

Quanto ao segundo argumento, este decorre da ausência do movimento de apropriação e engajamento acima referido, e consiste no fato de os profissionais, tanto Psicólogas e Psicólogos como Assistentes Sociais serem nomeados 'técnicas ou técnicos' de referência. Assim, associo o termo 'técnica/técnico' ao tecnicismo relacionado a supervalorização da máquina em detrimento do sujeito, e à fragmentação do objeto ou de sua atividade, de modo que a/o profissional torna-se alienada/o do produto, resultado ou efeito de seu trabalho. Porquanto, os elementos históricos de constituição, tanto da Psicologia como da Assistência Social, somados aos preceitos neoliberais de produção e economia vigentes, convergem para que as/os profissionais assumam posturas tecnicistas e alienadas quando estes não se atentam ou buscam apropriação acerca do funcionamento e execução da política pública na qual estão inseridas/os.

Isto posto, responder à pergunta ontológica sobre o que é a Psicologia no SUAS, faz-me associar a ideia da necessidade atribuída ao objeto da atividade - o trabalho com coletivos historicamente abatidos em seus direitos -, de modo que, conforme as necessidades foram sendo criadas e apresentadas ao campo da ciência psicológica, esta pôde, respondendo às demandas da sociedade, compor suas práticas e atender com base em suas teorias. A ligação existente entre liberdade e necessidade demonstra, pela ótica de uma leitura materialista e dialética, que as

circunstâncias modificam a vida ou o meio, mas também o sujeito modifica as circunstâncias.

Assim sendo, após o agrupamento e espelhamento dos eixos que formam os manuais, os quais deram origem a blocos temáticos cujo conteúdo, por fim, correspondeu às unidades essenciais mínimas de análise em observância aos constructos teóricos Finalidade, Objeto e Instrumentos (Marx, 1982), passo agora a explanação destas últimas.

Optei pela divisão de blocos por espelhamento dos eixos e compartilhamento de assuntos, uma vez que durante a leitura dos materiais identifiquei semelhanças muito próximas na estruturação dos dois manuais, de forma que o manual de referência técnica para atuação no CREAS apresenta alguns traços específicos, os quais, porém, não interferem na percepção de que situada em qualquer nível de proteção socioassistencial, a atividade da/do psicóloga/o, bem como seus traços essenciais, serão os mesmos.

Por conseguinte, o agrupamento e espelhamento dos eixos deu origem a blocos de análise, os quais foram direcionados pelos temas centrais: “Dimensão ético política da Psicologia na Política Pública de Assistência Social e suas aproximações com os sistemas de proteção”; “Atuação da/o Psicóloga/o nos níveis de proteção, Gestão e Relações de Trabalho”, os quais, por sua vez, como anteriormente anunciado, forneceram unidades essenciais mínimas de análise ordenadas em atendimento aos constructos Finalidade, Objeto e Instrumentos. (Marx, 1982), sobre os quais passarei a dissertar, buscando caracterizá-los.

No que tange à *finalidade*, a análise dos conteúdos que formam os prescritos, acerca da atividade psicológica no SUAS, revelam que esta prática é marcada por traços contraditórios, assim como postulado pela compreensão materialista histórica e dialética. Isto porque, de acordo com os manuais, a/o psicóloga/o cabe fomentar espaços, ideias, condições e oportunidades que viabilizem a apropriação e a objetivação do exercício de cidadania, por conseguinte tornando os sujeitos emancipados e cidadãos, por meio de ações de proteção e defesa de direitos.

Deste modo, esta prática requer, conforme os documentos de referência, posicionamento ativo destes profissionais, movimentos adeptos a formação continuada e à defesa das políticas públicas, atos que convergem como reflexo para

a própria emancipação profissional e humana e que possibilitam a aderência de tal posicionamento expectável.

Compõe igualmente a finalidade da atividade psicológica no SUAS demonstrar, dar visibilidade, traduzir e explicar, sempre que possível, sobretudo à população que se encontra à margem, sobre as relações de poder que organiza a sociedade como um todo, o meio, os meios de produção, o território, o bairro, e que por consequência determinam o indivíduo, extrapolando suas possibilidades de optar e afasta-os das condições de discernir.

Por outro lado, os próprios prescritos apresentam a busca pelos conselhos de representação e dos profissionais psi por referências sólidas que possam embasar e caracterizar sua atuação. A Psicologia no Brasil como ciência e profissão se desenvolve no bojo e a serviço de uma classe social burguesa, assumindo, portanto, características de uma ciência elitista e classista, como visto anteriormente no capítulo II desta tese. Logo, exercer a defesa em favor da classe oprimida, de modo a garantir seus direitos, proteção e exercício de cidadania e acesso a bens significa o direcionamento oposto daquilo que vem sendo estabelecido historicamente.

Junto a esta afirmação pode-se adicionar, ainda, as condições de trabalho precarizadas em que estes profissionais se encontram, de acordo com os dados revelados pelas consultas públicas e pesquisas realizadas pelos sistemas de conselhos, os quais também são apresentados nos prescritos e revelam predominância da instabilidade de cargos, devido a regimes de contratação temporária, fator que inviabiliza uma prática que tem como uma de suas bases a vinculação e referência territorial. Além disso, a desvalorização do trabalho, expressa, por exemplo, por meio da média salarial e da não manifestação dos conselhos de representação em defesa dessa classe profissional.

Esta leitura alinha-se a compreensão de Marx (2004) acerca do trabalho estranhado que, na sociedade capitalista, é expropriado de sua significação primeira como possibilidade de humanização do sujeito e desenvolvimento pleno de suas aptidões, e passa a ser ferramenta de subordinação em detrimento às classes exploradas e oprimidas, em que o sujeito não se vê como parte ativa e fundamental de um processo e pertencente àquilo que desempenha e produz, desconhece o resultado final daquilo que realiza, sendo alimentado apenas o vínculo de

dependência financeira e de experiências de sofrimento que objetivam mantê-lo na mesma condição material e muitas vezes cognitiva e afetiva em que já se encontra.

Em outras palavras, o sujeito desconhece a totalidade daquilo que produz, ficando apartado do resultado de seus produtos materiais e imateriais, de modo que o trabalho se torna o escopo de sua vida para atender as necessidades imediatas do sistema de produção da sociedade em que vive, contudo, sendo extraídas desta atividade as condições para a produção de bens imateriais pertencentes ao gênero humano, culminando com a alienação do homem pelo próprio homem, em que um é estranho ao outro.

Em continuidade, os manuais também prescrevem uma *‘Ética do Cuidado’* como aspecto constituinte e como um determinante transversalizado da atividade psicológica. Como fora anteriormente apresentado, a postura ética envolve a autopercepção no mundo como agente de transformação social (CFP, 2021) e o cuidado implica a atenção, adoção de leitura crítica e a postura inclusiva da pluralidade.

Neste íterim, atravessa a ética do cuidado a ampliação de conceitos como o de família, vulnerabilidade e risco, assim como o reconhecimento das diferenças, inclusão de singularidades como questões de gênero, raça e etnia ainda não inseridas nos documentos oficiais da política pública de Assistência Social, e tampouco contempladas em suas demandas específicas, o que exige posturas críticas e engajamento por parte das/os profissionais, considerando que a psicóloga e o psicólogo são aqueles que, por pressuposto, possuem afinidades teóricas, práticas e ideológicas à causa.

A este respeito, os eixos tecem ideias acerca da afetação mútua, e, portanto, cuidadosa, do trabalho da/o psicóloga/o no campo da Assistência Social, em que tanto a/o profissional é impactado, quando o meio ou a situação em que intervém. A esta afirmação reconheço o pressuposto por Leontiev (2021, p. 44), de que a atividade se trata de uma ação sensível, a qual garante a existência do indivíduo e serve como base para o desenvolvimento da cognição humana, expresso pelo pensamento e percepção, e, portanto, modifica o meio e o sujeito, humanizando-o. A isto, somo a assertiva de Marx de que o trabalho humaniza o homem, quem a partir dele elabora produtos, conhecimento e sentidos, e que: “É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade” (CPF, 2021, p. 52).

Porquanto, a atividade psicológica tem por efeitos produtos materiais, expressos, por exemplo, na transformação de uma realidade ou traço de uma situação, e imateriais como a construção de sentidos pessoais e coletivos, o que pode transformar a compreensão de histórias, territórios e circunstâncias.

Deste modo, a ética do trabalho da Psicologia na Assistência Social ocorre pela construção de um trabalho comunitário no território vivo em que as pessoas vivenciam suas dores, sofrimentos e angústias impostas pelas violências estruturais acumuladas e arremetidas historicamente nos processos que as naturalizam, mas que também podem não o fazer (CPF, 2021, p. 43).

Ademais, no que se refere a interdisciplinaridade que direciona o trabalho nas políticas públicas de Assistência Social, recupero, em consonância com uma postura ética e cuidadosa, uma resposta que vem ao encontro das angústias de psicólogas e psicólogos que têm dificuldade em diferenciar ou delimitar o seu trabalho na Assistência Social, sobretudo em relação ao profissional Assistente Social. As orientações contidas nos manuais de referências técnicas para atuação demonstram que o interdisciplinar não precisa anular a identidade, mas pode e deve transformá-la. “(...) a visão interdisciplinar não apaga necessariamente a identidade dos campos de conhecimento, mas permite que essa identidade se transforme, trazendo novas questões e estudos” (CPF, 2021, p. 76).

A este respeito, Leontiev (2021) também pontua que nos processos de atividade e consciência, os significados adquirem sentidos e são subjetivados. Logo, os significados construídos e atribuídos à atividade psicológica nesse espaço podem adquirir novos sentidos, a partir dos processos de subjetivação do profissional em território e das contribuições interdisciplinares, ou seja: a essência (postura ética em cuidado) reflete a unidade entre o significado social da prática e o sentido pessoal de cada sujeito conforme esse serviço.

Junto a isso, “O que se pretende não é definir uma única teoria para a atuação profissional, mas sim, apontar para princípios que devem nortear a sua prática, tais como: respeito aos direitos humanos, democracia, emancipação e autonomia dos sujeitos” (CPF, 2013, p. 52).

Identifico ainda que os documentos analisados neste estudo propõe ‘a/o psicóloga/o como agente de articulação e transformação’, noção que abrange o

trabalho em território, acolhimento, identificação de potencialidades, garantia e defesa de direitos, defesa social e institucional, emancipação, iniciativas de caráter coletivo, vínculos, relações sociais, descentralização, articulação entre os níveis de proteção social (PSB e PSE), espaços de representação e rompimento com o histórico de atuação psicológica estritamente elitizada e liberal.

Isto significa dizer que a Psicologia deve assumir no âmbito das políticas públicas de Assistência Social a ideia de um trabalho descentralizado, pertinente ao território e às demandas e realidade da comunidade. Ademais, o postulado por Leontiev (2021, p. 42) de que as relações dos sujeitos são mediadas, objetais e sociais me faz pensar sobre a influência da atividade profissional nas possibilidades em que se dão os processos de subjetivação, e na necessidade de ampliação do olhar no momento de compreender e atender situações de vulnerabilidade e risco social, ampliação esta que somente é possível quando se conhece a história, o lugar concreto, o objeto do qual se partiu e até onde evoluiu.

Leontiev (2021, p. 107) delinea a atividade em um movimento circular, em que se parte de um objeto concreto que se caracteriza como o motivo da atividade. Para melhor explicar, podemos dizer que o objeto preenche a necessidade transformando-a de necessidade em motivo. Este, em contato com processos internos é constituído em imagem subjetiva, e a partir disso novos processos modificam o objeto inicial. Em suma, a atividade e seus processos convergem para um produto subjetivo, sendo desta maneira tanto a atividade quanto o motivo da Psicologia.

Deste modo, a psicóloga ou psicólogo como agente de transformação e articulação parte de uma demanda, ou seja, um objeto concreto que lhe é apresentado, o qual possui uma motivação determinada, a qual, depois de passar por processos internos do próprio sujeito e dos significados que este apreendeu no meio social ou no território, confere-lhe novas formas ao objeto ou demanda inicial, podendo haver então processos de explicação da realidade, elaboração de alternativas ou ideias, cujo objetivo caminha na direção de fortalecer, incentivar potências e modificar, a partir das relações e diálogos estabelecidos. “Existir em sociedade desenvolve potencialidades, construções subjetivas, culturais, sociais e políticas” (CFP, 2021, p. 60).

Doravante, passarei a explanação sobre o constructo *Objeto*, nomeando neste a menção para a qual se volta, de acordo com os manuais de referência técnica para

atuação da/o psicóloga/o no SUAS, o objeto da atividade psicológica nesta política pública.

Os manuais de referência técnica para atuação de psicólogas/os no SUAS apontam na tecitura de seu conteúdo, de sua construção, descrição e informação que o objeto da atividade psicológica localizada nos diferentes níveis de proteção da política pública de Assistência Social consiste nos coletivos historicamente coibidos em seus direitos fundamentais, ou seja, na população em vulnerabilidade que, durante longo período, foram invisibilizadas além de historicamente violadas ou desfavorecidas no país.

Neste grupo se encontram incluídas pessoas pertencentes as camadas mais empobrecidas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas atravessadas por questões de gênero e sexualidade: famílias de orientação não heteronormativa, pessoas LGBTQUIAPN+ - lésbicas, gays, bissexual, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binárias e mais – assim como pessoas determinadas por questões étnicos raciais: negros, indígenas, população ribeirinha e quilombolas, ciganos, dentre outras situações que historicamente colocam o indivíduo à margem social, como os refugiados, migrantes e imigrantes, famílias monoparentais, mulheres, trans ou negras como arrimo de família etc.

Vale lembrar que, de acordo com Marx e Engels (1960), todas essas denominações e formas de existência além de serem posicionadas em lugar de desvantagem, estão situadas em um regime social de produção dividido fundamentalmente em duas classes – detentores dos meios de produção ou burguesia – e proletariado, de modo que vigora o bem-estar de poucos em detrimento do mal-estar de muitos, respectivamente. Porquanto, os autores propõem a construção de um sistema revolucionário baseado no desenvolvimento coletivo em que “[...] o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. (p. 49)

Acrescento ainda que, tal qual as observações apresentadas por Marx (2017), esses sujeitos foram despossuídos de bens de uso coletivo, e, portanto, encontram-se à margem, vivenciando embates com a representação jurídica estatal, com o próprio estado, as normas sociais vigentes e a única classe favorecida com estas, bem como com os detentores das propriedades privadas.

Neste sentido, recorro a concepção de Martin-Baró (1996) quanto a uma Psicologia que seja política e comprometida com a população mais empobrecida, sobretudo em contextos territoriais em que as relações sociais e econômicas se fundamentaram em contexto de exploração e escravidão, como ocorreu na América Latina, e especialmente no Brasil. Assim, segundo o autor, uma Psicologia política deve contribuir para a transformação da realidade de exclusão e opressão, e não atuar em direção à proposta de adaptação dos sujeitos ao sistema capitalista. A ausência de elementos históricos pertencentes ao contexto de formação nacional e de suas características, afastou e dissociou as práticas psicológicas de seus objetos em cada contexto de atuação, contudo tal ausência e dissociação tratam-se de discussões veiculadas no campo profissional nas últimas décadas, e que, portanto, requer o posicionamento profissional nas instâncias possíveis de representação e construção científica.

Quanto ao terceiro constructo, que subsidiou a análise do conteúdo dos manuais de referência técnica para atuação da/o psicóloga/o no SUAS, estão os *instrumentos*.

Como instrumentos da atividade psicológica realizadas no SUAS, identificados nos manuais de referência técnica para atuação de psicólogos/os no SUAS nomeio os principais meios pelos quais ocorre a composição e a realização da atividade psicológica.

Como foi possível observar, a escuta qualificada caracteriza-se como uma ação que perfaz a atividade da psicóloga/o atuante na Assistência Social em seus diferentes níveis de proteção. Esta se faz necessária na proposição do trabalho continuado com famílias, para o fortalecimento da função protetiva e de vínculos, no protocolo de atendimento especializado, no compromisso ético e de sigilo, nas ações preventivas, na atribuição de benefícios eventuais e à equipe multiprofissional.

Assim, a teoria Marxiana tem o objeto como centro do processo investigativo, porém indica que ele é situado e multideterminado. Logo, para que se possa conhecê-lo é necessário abstrair-lo, ir do empírico ao concreto pensado, por meio do acesso às partes que formam sua totalidade, com o objetivo de identificar a sua essência. Tonet (2013, p. 90) também baliza que o trabalho é responsável pela transformação do ser natural, promovendo a sua socialização e, por meio dela, a aquisição da capacidade de abstrair e generalizar.

Diante disso, quando os/as profissionais psicólogos/as escutam de forma qualificada, necessitam realizar este processo de abstração, partindo do verbal imediato em direção às relações, típicas dos processos do pensamento, tentando compreender os aspectos que formam a totalidade do objeto ou de uma demanda, para então ser um facilitador, tendo em vista possibilitar que o sujeito, também, desenvolva reflexões e apreensões críticas acerca de sua questão ou situação, de modo que este possa também abstrair e generalizar pela apreensão, sofrendo ou promovendo transformações ao longo desse processo.

Este processo se situa nas etapas de execução da atividade, conforme Marx e Engels (1961, p. 423), haja vista que a atividade ocorre primeiramente nas relações do homem com o meio, em espaço externo e interventivo, e depois como atividade interior, constituinte da consciência, momento em que se dispõem as apreensões produzidas.

Como outrora mencionado, o conceito de atividade desenvolvido por Leontiev (2021) pressupõe a existência de um objeto concreto, objeto este que existe em dois planos, sendo determinado por um objetivo concreto, e seu conteúdo formado pelo que é produzido coletivamente em sociedade e abstraído. Contudo, a sociedade é organizada por classes antagônicas, esteio de conflitos e lutas ideológicas, o que leva a compreensão de que os sentidos individuais e os motivos sociais nem sempre equivalem, devido à influência de macroestruturas. Por isso, a escuta qualificada também deve ser capaz de distinguir tais influências, que comumente são atribuídas como consequências ou atributos individuais. A exemplo disso, tem-se o Estado como a principal instituição que deve garantir os direitos humanos básicos aos cidadãos, todavia é muitas vezes a primeira organização que viola tais direitos.

Igualmente, a/o psicóloga/o atuante na política pública de Assistência Social deve adotar a postura de um agente que viabiliza acesso a direitos e a serviços. Este aspecto da atividade é composto pela providência de benefícios por meio do cadastro em programas, garantia de direitos, oferta de serviços e informações, promoção de ações descentralizadas e territorializadas, como visitas domiciliares, iniciativas de problematização e que promovam processos reflexivos, adesão de educação permanente, possibilidade de representação, reivindicação, apropriação e objetivação da política pública e de suas diretrizes, diálogos com a gestão acerca da valorização

profissional, condições de trabalho e a não rotatividade profissional com vistas a manutenção de vínculos.

Partindo da ideia de Leontiev (2021, p. 18), de que o objeto é a atividade como síntese de significação do seu fazer, entendo que quando a psicóloga ou psicólogo viabiliza o acesso a um direito, uma informação, a um serviço, a uma ação descentralizada, a um processo reflexivo ou mesmo busca uma reivindicação em defesa dos direitos das/os usuárias/os da política pública, ou em defesa dos próprios direitos como trabalhadora e trabalhador, tais iniciativas concretizadas representam a sintetização do significado do seu fazer e de seu objeto motivado. Além disso, os instrumentos que medeiam sua atividade (Leontiev, 2021, p. 118), nesses termos, podem ser reconhecidos, por exemplo, na propositura e execução de ações comunitárias que viabilizam acesso a serviços, conhecimentos e informações de forma geral.

Todavia, apesar de as prescrições das práticas psicológicas no SUAS estarem pautadas em um projeto ético-político, em que como fora cima apresentado, o aspecto ético se relaciona a uma autopercepção no mundo como um agente de transformação social visando o bem-estar individual tanto quanto coletivo.

O fato de o caráter político estar relacionado a adoção de leitura crítica dos núcleos, eleitos como verdades ao longo da história da formação social, contradiz a ideia da conservação do Estado na posição de governar a população, determinar formas de existir e subjetivar, o qual deveria ser o principal assegurador de direitos e apoiador das famílias em suas funções protetivas por meio de políticas pública, contudo mostra-se como o primeiro violador de direitos ou figura ausente quanto a defesa e seguridade de condições básicas de sobrevivência da população.

De acordo com Engels (1984), sobre a invenção e as primeiras formas de organização de Estado, estas se deram em meio a revoluções contra um tipo de propriedade e em favor de outra, emergindo as primeiras vinculações entre propriedade privada e Estado. Ainda conforme o autor, o Estado é composto por um agrupamento de pessoas em determinada divisão territorial. Trata-se também de uma força pública, a qual deve impossibilitar qualquer organização armada espontânea da população, sendo esta força sustentada pelo pagamento de impostos. Neste processo, o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, caracterizando-se, por regra

geral, como representativo da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Logo, Engels (1984) também nomeia o Estado representativo como instrumento do qual se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Desse modo, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as suas posses e desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento opera por meio de constante contradição.

Contradição esta que se estrutura e atua pelo fato de ser o Estado o elaborador das políticas públicas em atenção às classe sociais desfavorecidas, coloca aos profissionais da psicologia, a necessidade do conhecimento sobre tal funcionamento macroestrutural, visando atuar em direção contrária às capturas da própria política pública, pois ao trabalhar com a população desprovida dos seus direitos, pode não concretizar a finalidade última de transformação da realidade e, por isso mesmo, objetivar um compromisso ético-político pactuado com a vigência de uma sociedade antagônica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início minhas considerações finais retomando a pergunta, de caráter ontológico: o que é a atividade profissional da Psicologia na política pública da Assistência Social? Tal questão antecedeu a tarefa de indicar o *como fazer* psicologia nesse contexto de atuação. Portanto, este estudo tomou como objeto de pesquisa a atividade profissional de psicologia, mediada pelos prescritos que compõem os manuais de referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a na Assistência Social e pela minha experiência profissional, pois como sujeito do conhecimento, neste estudo em questão, sou, além de pesquisadora, mulher cis gênero, psicóloga, trabalhadora do SUAS, atualmente coordenadora de uma unidade de CRAS em um município de porte médio do interior do estado de São Paulo.

Os motivos que me levaram a esse estudo foram justamente os questionamentos com que sempre me deparei durante minha constituição como pessoa e profissional, sobretudo quando comecei a atuar na política pública de

Assistência Social como Psicóloga. Neste momento, tanto eu quanto as usuárias e usuários por mim atendidos, depois de me perguntarem por que eu não atendia em modelo clínico naquele espaço, me questionavam acerca de qual a função da Psicóloga no serviço de Assistência Social, e se eu era também Assistente Social.

A soma de angústias pessoais que me acompanhavam nas escolhas e de cada caminho optado profissional e academicamente, junto às angústias do saber fazer dentro de uma política pública, ainda em etapa de implementação, levaram-me a essa tese.

O caminho de produção e análise dos dados contou com a descrição, sistematização e apreciação crítica de duas referências bibliográficas publicadas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.

Como referência teórica e metodológica para a análise dos materiais, a pesquisa se utilizou das contribuições do Materialismo Histórico-dialético e da Psicologia Histórico-cultural, fundamentalmente por meio de categorias que pudessem contribuir para responder ao objetivo primeiro da pesquisa, qual seja: conhecer e analisar os traços essenciais na(s) possível (eis) forma(s) de atividade(s) da/o psicóloga/o que atua na política pública da assistência social.

Assim, os constructos utilizados para alcançar o núcleo essencial do objeto estudado, ou seja, a prática profissional dos/as psicólogos/as na Assistência Social apontou para três referências propostas por Marx (1982) para explicar a natureza ou o caráter essencial do Trabalho, bem como por Leontiev (2021) para explicar a Atividade humana: a *finalidade* do trabalho no âmbito da Assistência Social; o *objeto* para o qual se dirigem as ações profissionais e os *instrumentos* utilizados para efetivar tais ações.

Por meio dessa tríade de conceitos foram demonstradas as contradições, os limites e possibilidades em relação à atuação da psicologia no âmbito das políticas públicas de Assistência Social.

Outrossim, a leitura e análise dos manuais, únicos documentos de prescrição referente à Assistência Social, compartilham orientações e características de atuação ao profissional da psicologia, independentemente do nível de proteção da política no qual se encontram.

Os resultados indicaram que a *finalidade* da atividade profissional, marcada, essencialmente, por contradições estruturais, é fomentar espaços, ideias, condições

e oportunidades que viabilizem a apropriação e objetivação do exercício da cidadania por parte dos usuários do serviço.

O *objeto* da atuação é o trabalho com coletivos historicamente abatidos em seus direitos. Trabalho com pessoas, mas alicerçado sobre a concepção de unidade indissociável entre indivíduo e coletivo social.

Os *instrumentos* referidos pelos materiais analisados apontam para a escuta qualificada e ações comunitárias, como ações que poderão ser utilizadas para o alcance das finalidades, tendo em vista a transformação do objeto, com o qual se trabalha.

Como pesquisadora e profissional atuante em circunstância de gestão, entendo que a psicóloga e o psicólogo, segundo os prescritos elaborados por nossas instâncias de representação de classe profissional, são profissionais que necessitam se alinhar ao saber fazer de uma Psicologia que adote práticas, de fato, sociais, que possua caráter decolonial, inclusivo, de engajamento político e atuante e que esteja atento para o teor crítico da sua atividade, considerando os limites e as possibilidades, caso venha a ser desprovida de continuidade.

Importa mencionar que, em relação aos traços essenciais da atividade do/a psicólogo/a, referidos nos materiais analisados, o que desponta é a marca de uma essência histórica, a qual, balizada pelos constructos já apresentados, foi se transformando à medida que as ações e movimentos sociais conclamaram a psicologia, como ciência e profissão, a responder às necessidades suscitadas pela sociedade brasileira em respostas às demandas postas pelo movimento dos diferentes estratos da população e instituições sociais.

Deste modo, os desafios que permeiam a atuação da/o psicóloga/o no SUAS são igualmente atravessados por marcadores macroestruturais de organização política, social, econômica, de (des)valorização do trabalho e choque de interesses, o que legitima o fato de sua atividade não ser individualizada e apartada, ainda que seja singular e de que os profissionais situados nesta seara se encontram em processo de luta e construção de uma ciência e profissão comprometidos ética e politicamente.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1014p.
- AFONSO, M. L. M. et al. A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 7, num. 2, 189-199. 2012. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/520/484. Acesso em: Dez. 2023.
- ANDRADE, J.M. **Queixa escolar e o público infante juvenil**: práticas contemporâneas de psicologia nos serviços de saúde. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2018. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. 123p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157437>. Acesso em: Dez. 2023.
- ANTUNES, M.A.M. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 32 (num esp.), 44-65, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>. Acesso em: Dez. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília (DF), 2006. Disponível em: ciespi.org.br/NOB_RH_SUAS.doc. Acesso em: Jan. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social** (NOB-RH/SUAS), Reimpressão. Brasília(DF), 2011a.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Resolução n. 109. Brasília, 2009b. 58p. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/652_1.pdf. Acesso em: Dez. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília (DF), 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: Jan. 2024.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília(DF), 2004.
- BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e proteção social**. Reflexões a partir de experiências latino-americanas. XXXII ANPAD, Rio de Janeiro, 06 a 10 de setembro de 2008.
- CAPELATO, M.H.R. História do Brasil e revisões historiográficas. **Anos 90**. 23, n. 43, p. 21-37, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.63852>. Acesso em: Dez. 2023.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistentes Social (SUAS)**. Informações para Gestores e Gestoras, Centro de Referência Técnica em psicologia e políticas. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Brasília: CFP, 2011. 25p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/GestoresSuasfinal.pdf>. Acesso em: Dez. 2023.

_____. **Manual de Referência Técnica para atuação da/o psicóloga/o no CRAS / SUAS**. Centro de Referência Técnica em psicologia e políticas. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), 3. Ed. Brasília: CFP, 2021. 180p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: Dez. 2023.

_____. **Manual de Referência Técnica para atuação da/o psicóloga/o no CREAS**. Centro de Referência Técnica em psicologia e políticas. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Brasília: CFP, 2012. 58p. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-CREAS.pdf>. Acesso em: Dez. 2023.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos serviços hospitalares do SUS**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Brasília : CFP, 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. 464p.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9ª ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1884/1984.

FIGUEIREDO, N.M.A. (Org.) **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007. 239p.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341p.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. 298p.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 438p.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciências del Hombre, 1978a. 234p.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978b.

356p.

_____. **Atividade, Consciência e Personalidade**. Bauru: Mireveja, 2021. 256p.
LURIA, A. R. Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas.1988. 251p.

MARTINS, L. M; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>. Acesso em Dez. 2023.

_____; PASQUALINI, J.C. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, n. 27, v.2, p. 362-371, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00362.pdf>. Acesso em Jul. 2023.

Martín-Baró, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.Disponível em: <http://www.SCIELO.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em Mar. 2024.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 176p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debate sobre a lei referente ao uso da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017, 150p.

_____; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 119p.

_____; ENGELS, F.**Manifesto do partido comunista**. 4ª Ed. Vitória: Rio de Janeiro, 1960.

_____; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 254p.

_____; ENGELS. F. **Obras Escolhidas**. Tomo I, Editora Avante, 1982. 644p.

_____; ENGELS. F. **Obras Escolhidas**. Tomo III, Editora Vitória, 1961. 423 p.

MASSINI, M. As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial. In: _____; GUEDES, M.C. (Org.), **História da psicologia no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 95-117, 1997. 252p.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

PEREIRA, P.A.P. A assistência social prevista na constituição de 1988 e a operacionalização pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**, 20, p. 63-67. 2007. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/608654>. Acesso em: Dez. 2023.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 30 (num. esp.), 8-41, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>. Acesso em: Dez. 2023.

SPOZATI, A. **A Menina LOAS**. São Paulo: Cortez, 2011. 96p.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136p.

VILELA, A. M .J. Psicologia: um saber sem memória? In: _____; JABUR, F.; RODRIGUES, H. B. C. **CLIO-PSYCHÉ**: Histórias da Psicologia no Brasil. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 146-151. Disponível em: http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Clio-e-Psyche.pdf. Acesso em: Dez. 2023.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas III**. 2. ed. Madrid: Visor, 2000. 383p.

VIGOTSKI, L. S. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. p. 203-420. In: _____. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 524p.